

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

KARINA OLINDINA DA SILVA

**ESTUDO DO PERFIL DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO
INFRACIONAL QUE RECEBEU A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
LIBERDADE ASSISTIDA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE EM FLORIANÓPOLIS NOS ANOS DE 1998, 2002 E 2010**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

KARINA OLINDINA DA SILVA

**ESTUDO DO PERFIL DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO
INFRACIONAL QUE RECEBEU A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE
LIBERDADE ASSISTIDA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
COMUNIDADE EM FLORIANÓPOLIS NOS ANOS DE 1998, 2002 E 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC, para a obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Maria Del Carmem
Cortizo.


**FLORIANÓPOLIS
2010**

KARINA OLINDINA DA SILVA


Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Centro Socio – Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: _____


Profa. Dra. Maria Del Carmen Cortizo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Departamento de Serviço Social

1ª Examinadora: _____


Assistente Social Taís Coelho da Silva
Prefeitura Municipal de Florianópolis
Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

2ª Examinadora: _____


Profa. Dra. Myriam Mitjavila
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Departamento de Serviço Social

Florianópolis, 01 de dezembro de 2010.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Art. 227 da Constituição Federal do Brasil

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me conceder discernimento, me iluminando e dando força e sabedoria ao longo desta etapa que se concretiza.

A minha mãe, que com seu amor me inspirou e me deu exemplos de dignidade e honestidade, princípios estes que fizeram com que eu me torna-se uma pessoa batalhadora;

Ao meu falecido pai Osvaldo, que infelizmente não se encontra mais entre nós, mas que eu tenho certeza que mesmo de longo, esta me guiando e protegendo;

Aos meus irmãos Gian, Giovani e Gianini, pelo incentivo, carinho e atenção; as minhas cunhadas Daiani e Melissa pelo afeto; aos meus sobrinhos Priscila, Emanuelle, Mirela, Érik e Camila pelo carinho;

À minha segunda família: meu sogro Vilmar, minhas cunhadas Mariana e Gracielle, meu cunhadinho Filipi e em especial a minha sogra Mari, que sempre me incentivou e me apoio em vários momentos.

A Professora Maria Del Carmem, que se mostrou sempre acessível e disposta, dedicando seu tempo com muita atenção na orientação deste trabalho.

A toda equipe do Serviço de orientação e acompanhamentos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, campo de meu Estágio Obrigatório I e II, as assistente sociais, Fabíula, Andréia, Sandra, Milena, Beth, Carol, Nádia; as psicólogas Liz, Maira, Sônia; a estagiária de psicologia Bárbara; a supervisora técnica Carina, obrigada a todas pelo companheirismo e pela aprendizagem durante o tempo que compartilhamos juntas.

A assistente social Taís Coelho da Silva, minha supervisora de campo, por ter colaborado de maneira significativa em minha formação profissional, assim como na elaboração de alguns tópicos deste trabalho.

Aos colegas e às colegas de curso, em especial à: Robson, Ana Paula, Cória, Juliana Pissuto, pela amizade construída durante todo o tempo de graduação e que ficará muita além dela. Adoro muito vocês!!!!

As minhas amigas Nilsa, Sandra, Amanda e ao meu amigo Emerson, que sempre me ampararam e entenderam nos momentos de loucuras, incertezas e falta de tempo, valeu pela força, paciência e amizade.

A professora Myriam e a assistente social Taís, pela disponibilidade em compor a banca examinadora deste estudo: é um prazer tê-las como examinadoras.

Às funcionárias do Departamento de Serviço Social, em especial a Rosana Gaio, pela disponibilidade, simpatia e orientação quanto aos procedimentos do TCC.

Às (aos) professoras (es) que contribuíram para a minha formação profissional durante esses quatro anos e meio, em especial as professoras Maria Manoela e Marli Palma, pois foi através das aulas ministradas na Disciplina de Serviço Social e políticas de atenção criança e ao adolescente, que eu escolhi o tema a ser pesquisado nesse trabalho.

E por fim ao meu companheiro de todas as horas, meu marido Leonardo, que com seu amor e carinho, estava sempre me incentivando e apoiando. Eu amo você!!!!

LISTA DE SIGLAS

AFLOV - Associação Florianopolitana de Voluntários

CIT - Comissão Intergestores Tripartite

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

ICOM - Instituto Comunitário Grande Florianópolis

LA - Liberdade Assistida

LAC - Liberdade Assistida Comunitária

LAI - Liberdade Assistida Institucional

PSC - Prestação de Serviço à Comunidade

PNBEM - Política Nacional do Bem –Estar do Menor

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SC - Santa Catarina

SCAIFDS - Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SHTFS - Secretaria de Saúde e Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SILVA, Karina Olindina. **Estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade em Florianópolis nos anos de 1998, 2002 e 2010.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso foi idealizado a partir da experiência de estágio obrigatório no Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, da Prefeitura Municipal de Florianópolis e objetiva primordialmente fazer um estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida, ou de prestação de serviços à comunidade. A pesquisa bibliográfica trouxe um resgate histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde após isso tecemos considerações levando - se em conta o Código de Menores de 1927 e de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Discorremos sobre o conceito de ato infracional e de medidas socioeducativas conforme o ECA. Posteriormente trazemos um histórico do referido Serviço e exibimos os instrumentais técnicos operativos do assistente social. Para a coleta de dados utilizou-se pesquisa documental, seis livros de entrada de adolescentes e prontuários quando necessário. Através de nossa pesquisa entendemos que o perfil do adolescente autor de ato infracional nas três datas estudadas, 1998, 2002 e 2010 mudou em alguns aspectos. A pesquisa revela que os atos infracionais que estão relacionados a uso e tráfico de drogas ou entorpecente aumentou consideravelmente nas datas analisadas.

Palavras - chave: adolescente autor de ato infracional; Liberdade Assistida; Prestação de Serviços à Comunidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1. A HISTÓRIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL	15
1.1. Adolescência: concepções	15
1.2. Os direitos das crianças e dos adolescentes em perspectiva histórica	17
1.2.1. O Código de 1927	18
1.2.2. O Código de 1979	20
1.2.3. O Estatuto da Criança e do Adolescente	22
CAPITULO 2: O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	23
2.1. As medidas socioeducativas	24
2.2. O Sinase	31
2.3. Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	33
2.3.1. A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade	37
2.3.2. A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida	38
2.3.3. O Serviço Social no Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade	40
CAPITULO 3: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	46
3.1. Procedimentos Metodológicos	46
3.1.1. Natureza da pesquisa	46
3.1.2. Trajetória da pesquisa	48
3.1.3. Limites da pesquisa	49
3.2. Apresentação e análise dos dados	49
3.2.1. Prestação de Serviços à Comunidade – o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 1998	50
3.2.2. Liberdade Assistida - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 1998	55
3.2.3. Prestação de Serviços à Comunidade - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2002	59
3.2.4. Liberdade Assistida -- o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2002	62
3.2.5. Prestação de Serviços à Comunidade - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2010	66
3.2.6. Liberdade Assistida - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2010	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

INTRODUÇÃO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal Brasileira nº 8069/90, é resultado da adoção de uma nova doutrina em relação à formulação e implementação das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes. Pela primeira vez na história jurídica brasileira, foi conferida à criança e ao adolescente a condição de sujeito de direito e de prioridade absoluta, responsabilizando pela sua proteção a família, a sociedade e o Estado.

Anteriormente à elaboração do Estatuto, as políticas não eram direcionadas ao conjunto da população infanto-juvenil, mas apenas aos "menores em situação irregular", regidas pelo Código de Menores Brasileiro (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927). Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, implementou a doutrina da proteção integral, que contempla a criança e o adolescente como sujeitos de direito, que possuem características próprias.

Definiu também em seu livro segundo, um conjunto de medidas a serem aplicadas no caso de autoria de ato infracional por parte de adolescentes. Como ato infracional o ECA define: "Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal." (Art.103 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

O adolescente autor de ato infracional é considerado como sujeito de direito capaz de responder e se responsabilizar por seus atos através do cumprimento de medidas socioeducativas.

Dentro desse processo de resposta e responsabilização é que as medidas socioeducativas são aplicadas pela Justiça da Infância e Juventude em concordância com o Ministério Público, levando-se em consideração a capacidade do adolescente em cumpri-las, bem como as circunstâncias e a gravidade da infração, entendendo-se por circunstâncias as condições pessoais do adolescente isto é, o contexto pessoal, familiar e social em que está inserido.

É nesse sentido que o Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade vêm executando as respectivas medidas, estabelecidas nos Art.117 e 118 da Lei 8.069/90 (ECA). Trata-se de um serviço, no âmbito da Proteção Social Especial de Média

Complexidade, que oferece um conjunto de procedimentos especializados para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

No ano de 2002 o município de Florianópolis passou a ser responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social / Diretoria de Serviços de Média Complexidade através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é a instância responsável pelo atendimento dos adolescentes em conflito com a lei, cujo Serviço é constituído pelos Projetos de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Neste contexto o estudo do tema dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade constitui-se em um assunto importante, e bastante presente no cotidiano da nossa cidade. Muitas vezes criam-se polêmicas em torno da diminuição da inimputabilidade penal em que o adolescente deve responder penalmente por um ato infracional praticado.

O estudo acerca do assunto foi definido durante o estágio curricular obrigatório e também por meio de troca de experiências com as técnicas do Serviço de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade do município de Florianópolis. O enfoque é fazer um estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, executadas pelo município onde residem.

O tema tem destaque relevante, pois se observa que a mídia divulga que o número de atos infracionais praticados por adolescentes aumentou consideravelmente e a gravidade desses também. Portanto acredita-se que a abordagem desta investigação possibilitará a discussão sobre o assunto, não somente em nível acadêmico, mas também na discussão sobre como são efetivadas as políticas de atendimento a juventude no que tange às medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

Neste sentido realizaremos Pesquisa Documental, consultando os livros de registro de entrada dos adolescentes neste Serviço, e quando necessário o prontuário também será examinado, pois são através destes documentos que constam os dados que serão pesquisados como idade, sexo, reincidência, bairro, ato infracional praticado e as medidas socioeducativas impingidas a esses, pela autoridade judiciária.

Para possibilitar um maior entendimento da temática a ser abordada, organizou-se o conteúdo deste estudo em três capítulos. No primeiro, será realizada uma exposição sobre o conceito de adolescência, a legislação de atenção aos direitos das crianças e dos adolescentes em perspectiva histórica, onde o foco é a questão do adolescente autor de ato infracional,

realçando como este era anteriormente tratado e atendido no Brasil em períodos anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente, situando o primeiro Código de Menores (1927), o Código de Menores (1979) e a mudança de paradigma com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No segundo capítulo será abordado de um modo geral o que é ato infracional levando-se em consideração o que está preconizado no referido Estatuto. Visando descrever detalhadamente como o adolescente que comete uma infração é responsabilizado por sua conduta e equiparando a relação com as medidas socioeducativas, que tem como intuito responsabilizar o adolescente e proporcionar acompanhamento e orientação. Ainda será apresentada uma contextualização das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade, no município de Florianópolis, levando-se em consideração o histórico do mencionado Serviço, bem como do assistente social executor dessas medidas. Destacando os instrumentais técnico-operativos mais utilizados, em seu fazer profissional pautado em uma ação socioeducativa.

O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada para este estudo e analisar o resultado da pesquisa realizada aos anos 1998¹, 2002² e 2010³ em consulta aos livros de entrada dos adolescentes e prontuário quando necessário.

Por fim, apresentamos as considerações finais ressaltadas através desse estudo.

¹ Nesse ano as medidas socioeducativas eram executadas pelo próprio judiciário

² No ano de 2002 o município de Florianópolis assume a responsabilidade pela execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade na comarca

³ Ano em que constam informações mais atuais

CAPITULO 1. A HISTÓRIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

1.1. Adolescência: concepções

A adolescência sucede na passagem da fase da criança para a adulta, sendo o momento em que a pessoa sofre modificações corporais e transformações no comportamento, como rebeldia, dúvidas e curiosidades.

A respeito de algumas concepções no que se refere ao tema, Gorges (2008) afirma que:

Nesta etapa da vida passa-se por alterações físicas, psíquicas e sociais, características desta fase. As alterações físicas são praticamente iguais para os grupos de adolescentes do sexo feminino e masculino, já as alterações psíquicas e sociais são interpretadas e significadas através da cultura em que está inserido. Portanto, podemos afirmar que adolescente é aquele indivíduo que está em transformação, ou seja, passou da fase infantil para a adolescente e prepara-se para a fase adulta, de amadurecimento, de aumento de responsabilidades e desafios (GORGES, 2008, p.17).

De acordo com Martins (2007), a adolescência caracterizada da seguinte forma:

A adolescência corresponde ao período em que o ser humano sofre mudanças orgânicas, cognitivas, sociais e afetivas. As mudanças sofridas pelo adolescente têm conseqüências ao nível do seu relacionamento interpessoal, familiar, escolar e social (MARTINS, 2007)

Em consonância Martins (2004, p. 34) afirma que “a adolescência é a passagem da vida de criança para a vida adulta, e que nesta fase surgem muitas duvidas, curiosidades, inquietações e mudanças nos mais diferentes aspectos”.

Ainda de acordo com Martins (2004) que menciona a respeito dos adolescentes autores de ato infracional

[...] visto que em primeiro lugar antes de tudo são adolescentes [...] Em segundo lugar, estão em conflito buscando definição de uma identidade, de padrões éticos e morais. Estão muitas vezes em conflitos com a escola, com a família, enfim com o mundo [...]. Todos os adolescentes passam por estes conflitos, porém alguns passam

por este período rodeados por intensas dificuldades e desafios, que além de gerar conflitos consigo, podem ocasionar e leva-los ao conflito com a lei (MARTINS, 2004, p. 38).

A autora Palma Souza (2004) afirma que na Constituição Federal de 1998, a fase da adolescência é entendida como de alterações psicossomáticas com reflexos não apenas na estrutura biológica, mas principalmente na conduta em sociedade: em que o adolescente naturalmente contraria os valores e preceitos vigentes e não está com suas capacidades cognitivas e volitivas plenamente desenvolvidas.

Neste sentido, o adolescente quando esta na adolescência não tem ainda uma personalidade formada e ainda esta passando por diversas transformações tanto no comportamento, como também formação de identidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a partir do seu segundo artigo considera criança a pessoa de até 12 (doze) anos incompletos. Já o adolescente é considerado pessoa maior de 12 anos (doze) e menor de 18(dezoito) anos de idade.

O ECA representa um avanço nas regras de proteção da criança e do adolescente e prevê ainda a participação da sociedade civil na decisão e no controle das políticas públicas.

D'Agostini (2004) descreve que:

[...] desde a antiguidade até os dias de hoje promoveram violências contra criança e adolescente, que auxiliaram na “fabricação do autor de ato infracional infanto/juvenil”, com toda certeza, não faz parte de um “estado natural” do ser humano, principalmente, quando se trata de crianças e adolescentes... Às vezes falta-lhes tudo! Desde educação, amor... Estas faltas todas sem sombra de dúvida, os levam a transgredir as Leis e as normas entendidas como de boa convivência social [...] (D' AGOSTINE, 2004, p.25)

Com base no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988- "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." O que significa que os seus direitos devem ser mais protegidos, que os de outras pessoas.

Desse modo o adolescente é uma pessoa em situação peculiar em desenvolvimento, tendo todos os direitos e necessita de proteção especial, devendo ser considerado como prioridade absoluta.

Segundo Volpi (2002) a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento coloca os agentes atuantes na execução das medidas socioeducativas a incumbência de proteger, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar propiciando a inserção do adolescente na vida em sociedade.

Ainda de acordo o mesmo autor “sua condição de sujeito de direitos implica a necessidade de sua participação nas decisões de seu interesse e no respeito à sua autonomia, no contexto do cumprimento das normas legais”.

1.2. Os direitos das crianças e dos adolescentes em perspectiva histórica

Segundo VERONESE (1999) a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil foi marcada pela não proteção às crianças e adolescentes, ou seja, a negação de um lugar específico para a infância. O que se demarca ao longo do processo histórico, é a tentativa de estabelecimento de controle sobre a população infantil como resultado de um discurso que reduziu a infância à mera perspectiva de futuro.

Ainda conforme a mesma autora, no período colonial e imperial brasileiro as crianças conviviam, nos mesmos espaços sociais que os adultos. A assistência à criança era prestada pelas casas de misericórdia, que abrigavam as crianças enjeitadas (abandonadas) na roda dos expostos.

A roda dos expostos surgiu na Europa em decorrência do constante abandono de crianças nas ruas. Esta idéia chegou ao Brasil no século XVIII, perdurando até 1950, quando a última roda foi extinta.

A roda consistia em um objeto cilíndrico rotatório de madeira, onde a pessoa deixava a criança e girava a roda. Parafraseando MARCILIO (1997), a roda garantia o anonimato do expositor, evitando-se o abandono e o infanticídio. Além de garantir a honra da família cuja filha teria engravidado fora do casamento.

Segundo Veronese (1999) as crianças eram largadas tanto pelos pais que faleciam, como por aqueles que não tinham como criá-las.

Ainda de acordo com o autor acima citado “na Casa dos Expostos, devido à escassez de recursos materiais e humanos, era grande o numero de crianças que não resistiam às precárias condições a que eram submetidas”.

Na década de 1880, quando a princesa Isabel extingue a escravidão no Brasil, as crianças passam a ocupar um lugar de destaque, crescendo a preocupação com as crianças que andavam pelas ruas. De acordo com RIZZINI (1995), estas crianças serão consideradas como “magno problema”, já que até então a Constituição do Império 1824, como a da Primeira República de 1891, são omissas com relação ao problema da criança.

Desta forma, Segundo Rizzini (1995):

A história da legislação para a infância toma novos rumos, tendo como ponto de partida um vasto campo de ação que se descortinava para um jurista na área do direito criminal relativo à infância, justamente em momento fértil, dado o período de grandes mudanças vividas no País. (RIZZINI 1995, p 114)

No decorrer deste período os projetos implementados tinham como objetivo principal reprimir a “ociosidade” das crianças e adolescentes, tendo seu marco com o projeto N.33-A criado no ano de 1988 pela comissão de constituição e legislação da Câmara dos Deputados. O projeto, como cita RIZZINI (1995), tem como proposta o estabelecimento dos termos de bem viver, baseados no direito Inglês com previsão para formas de “correção dos infratores”.

Cabe destacar que neste período os investimentos e projetos destinados a reprimir a ociosidade não abrangiam todas as crianças e sim, aquelas pobres, sendo que estas eram visualizadas como perigosas, abandonadas, e que deveriam ser assistidas pelo Estado.

1.2.1. O Código de 1927

O primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido como Código Mello Mattos (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927), consolidou as leis de assistência e proteção aos menores, refletindo a intenção de controle total das crianças e jovens.

Assim o Código Mello Mattos traz como pontos principais: a) elevação da idade da irresponsabilidade penal do menor para 14 anos; b) instituição de processo especial para os menores em questões que envolvessem menores abandonados; c) Instituição de um juízo privativo de menores; d) regulamentação do trabalho de menores; e) estruturou racionalmente os internatos dos juizados de menores; f) suspensão do Pátrio Poder e as ações dirigidas aos menores abandonados.

Foi neste momento que foi construída a categoria do MENOR, que simboliza a infância pobre e potencialmente perigosa, diferente do resto da infância, tornando-a por isso passível de sofrer intervenção judiciária.

Veronese (1999) aborda que o Código instituía uma perspectiva individualizante do problema do menor: a situação de dependência não decorria de fatores estruturais, mas do acidente de orfandade e da incompetência de famílias privadas, portanto culpabilizava de forma quase que exclusiva a desestrutura familiar.

Para Rizzini (1995):

Além de Medidas de prevenção e tratamento, sendo prevista a criação das seguintes instituições: um estabelecimento (na parte urbana da cidade), denominado “depósito de menores”, destinado ao recolhimento daqueles “que caírem sob a ação da autoridade pública até que lhes seja dado o destino legal”; “Escola de Prevenção” para os moralmente abandonados (uma para meninos e outra para meninas, na zona suburbana do Distrito Federal) e; “Escola de Reforma” (com duas seções independentes: “uma seção industrial para os menores processados absolvidos... e uma seção agrícola para os menores delinquentes condenados. (RIZZINI 1995, p. 129)

Em 1941 foi criado o SAM – Serviço de Assistência ao Menor, o que segundo Faleiros teria sido implantado mais para manter a ordem social que para a assistência propriamente dita (FALEIROS, 1995).

Para RIZZINI (1995), O SAM tinha como objetivos principais: “orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame medico - psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono”.

Com o decorrer do tempo o SAM em vez de seguir sua finalidade para qual foi criada que era a proteção ou assistência ao menor, tornou-se uma ameaça, devido às péssimas condições de higiene, instalações precárias, ensino deficiente, alimentação insuficiente e muitos castigos físicos. Havendo com isso muitas denúncias de maus tratos ao menor, corrupção e despreparo dos funcionários.

O SAM também se caracterizou por uma corrupção tão elevada que o governo e outros setores da sociedade começaram a acreditar na impossibilidade de sua recuperação, já que os “vícios” dominavam toda a sua estrutura (RIZZINI, 1995, p. 287).

Para Vogel (1995) o SAM caracterizou-se pelas práticas repressivas do fracassado dispositivo de controle social. Como problema de prioridade nacional, a “questão do menor”

requeria, não só um trabalho específico, mas também uma concepção unificada da ação. Substituindo o SAM, foi criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) através da Lei Federal 4.513 de 01/12/1964. A FUNABEM tinha como objetivos principais: formular e implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) a partir de estudos do problema e planejamento de soluções, como também a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem tal política. Colocando o problema do menor como assunto do Estado.

Para PEREIRA (1984) a PNBEM e a FUNABEM eram definidas como: “um conjunto de princípios, diretrizes, normas e procedimentos capazes de orientar técnicas e cientificamente, o comportamento do Governo Federal sobre matéria especial e específica”. Essa matéria é o chamado problema do menor; o Governo Federal instituiu a FUNABEM como instrumento para fazer frente a esse problema. Logo, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor é o conjunto de princípios, diretrizes, normas e procedimentos que a FUNABEM deve observar ao cumprir a missão que lhe confia o Governo Federal.

Segundo Custódio

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor foi constituída com base nos princípios da doutrina da segurança nacional, oriunda da ideologia da Escola Superior de Guerra. Declarava como objetivos o atendimento das “necessidades básicas do menor atingindo por um processo de marginalização social” (CUSTÓDIO, 2009 p.18).

1.2.2. O Código de 1979

O segundo Código de Menores do Brasil de 1979 acolheu a chamada “Doutrina da Situação Irregular do Menor”. O código não abrangia a todas as crianças e adolescentes, mas somente àqueles que se encontravam em situações irregulares: carentes, abandonados, inadaptados, e infratores.

O Código de 1979 é aprovado com as seguintes disposições preliminares:

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal.

Para Custódio e Veronese (2007), o código de Menores de 1979 “trouxe a concepção biopsicossocial do abandono e da infração, fortaleceu as desigualdades, o estigma e a discriminação dos meninos e meninas pobres [...]”.

Segundo Méndez (1998):

A doutrina da situação irregular se resume na criação de um marco jurídico que legitime uma intervenção estatal discricionária sobre esta espécie de produto residual da categoria infância, constituída pelo mundo dos menores. A não distinção entre abandonados e delinquentes é a pedra angular desse magma jurídico. Neste sentido, a extensão do uso da doutrina da situação irregular torna-se inversamente proporcional a extensão da qualidade das políticas sociais.

A doutrina da situação irregular caracterizou-se pela imposição de um modelo que submetia a criança à condição de objeto, e estigmatizando-a como em situação irregular, violando e restringindo seus direitos mais elementares, geralmente reduzindo-a a condição de incapaz.

A doutrina do menor em situação irregular, segundo Veronese (2009) “é definitivamente incorporada com a aprovação da Lei 6, 697, de 10 de Outubro de 1979, que instituiu o Código de Menores”. A ideia de situação irregular incorporou as variadas terminologias produzidas pelo direito desde o período imperial, incluindo na mesma categoria os considerados abandonados, expostos, transviados, delinquentes, infratores, vadios, libertinos; submetendo-os ao internamento até os dezoito anos de idade, mediante o controle do Poder Judiciário, responsável pela aplicação do direito do menor.

Martins (2004, p. 41) relata que “este Código trouxe o conceito de Liberdade Assistida em substituição ao de Liberdade Viglada, tendo como intuito, auxiliar, assistir o menor e também vigiá-lo”.

1.2.3. O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diferencia-se do código de 1979, por ter implementado a doutrina de proteção integral. Esta doutrina contempla a criança e o adolescente como sujeitos de direito, que possuem características próprias. Tendo como garantias: a prioridade absoluta; melhor interesse da criança; primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (VERONESE, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 foi aprovado no Brasil em julho de 1990 e trouxe várias mudanças, a que mais se destaca foi a substituição do termo menor pelos termos criança e adolescente sujeitos de direitos, direitos estes entendidos em sua totalidade contemplando desta forma independentemente de sua condição social a garantia de prioridade absoluta.

Shena apud Melo neste sentido em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, “que o Brasil foi o primeiro país do mundo a implementar uma legislação reconhecida internacionalmente como das mais avançadas em termos de proteção social a infância e que tem servido de exemplo a outros países”.

CAPITULO 2: O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A Constituição Federal de 1988 considera o jovem inimputável até 18 anos incompletos estando em situação peculiar de desenvolvimento. Isso não significa afirmar que o adolescente quando comete algum ato infracional deixe de ter consequências. Portanto é através de uma legislação especial estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que será responsabilizado por sua conduta.

Deste modo a inimputabilidade penal do adolescente, cláusula pétrea⁴ instituída no Art. 228 da Constituição Federal, significa fundamentalmente a insubmissão do adolescente por seus atos às penalizações previstas na legislação penal, o que não o isenta de responsabilização e sancionamento.

Como ato infracional o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define: “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticado por adolescentes (Art.103)”, e de acordo com a enciclopédia livre Wikipédia o ato infracional é um crime praticado por menores. Desse modo pode-se afirmar que adolescente não pratica crime ou contravenção penal e sim ato infracional.

Volpi (2001) afirma que

O cometimento de delito pelo adolescente deve ser encarado como fato jurídico a ser analisado assegurando – se todas as garantias processuais e penais, como a presunção da inocência, a ampla defesa, o contraditório, o direito de contraditar testemunhas e provas e todos os demais direitos de cidadania concebidos a quem se atribuem a prática de um ato infracional (VOLPI, 2001 p.35).

Em se tratando de ato infracional Levinski (1998, p.17) ressalta “(...) a sociedade que violentou o jovem passa a ser violentada por ele, construindo-se um circulo vicioso que há de quebrar”.

Sendo que o adolescente se situa contra a sociedade através da prática de atos infracionais, pois muitas vezes fora este violentado por ela de alguma forma.

O autor Volpi (2006, p.15) em relação o adolescente autor de ato infracional destaca que “o Estatuto da Criança e do Adolescente considera o adolescente infrator como uma

⁴ Cláusulas pétreas são limitações materiais ao poder de reforma da constituição de um estado. Em outras palavras, são disposições que proíbem a alteração, por meio de emenda, tendentes a abolir as normas constitucionais relativas às matérias por elas definidas. A existência de cláusulas pétreas ou limitações materiais implícitas é motivo de controvérsia na literatura jurídica.

categoria jurídica, passando a ser sujeito dos direitos estabelecidos na Doutrina da Proteção Integral, inclusive ao devido processo legal”. Diferente dos preceitos do Código de Menores.

Veronese (2001, p. 35) ressalta que “o adolescente autor de ato infracional não é o mesmo que adolescente infrator, pois isto implica que a ação de um momento, o rotularia para o resto da vida”.

Desse modo não se deve utilizar a categoria adolescente infrator e sim autor de ato infracional.

2.1. As medidas socioeducativas

No que se refere ao título III do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que é definido um conjunto de medidas a serem aplicadas mediante autoria de ato infracional realizadas por crianças e adolescentes.

Para crianças corresponderão às medidas de proteção previstas no Art. 101 do referido estatuto: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - abrigo em entidade; VIII - colocação em família substituta.

Em consonância com o Art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente essas medidas podem ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente com outras medidas ou medidas socioeducativas ao adolescente. Bem como substituídas a qualquer tempo.

A competência para aplicar as medidas protetivas, salvo a colocação em família substituta, é do Conselho Tutelar, enquanto que a competência para aplicar as medidas socioeducativas é do Juíz da Infância e Juventude.

Ao adolescente são atribuídas responsabilidades não penais e não punitivas perante o ato infracional cometido, sendo atribuídas medidas socioeducativas, tendo em vista que também estão em condição peculiar de desenvolvimento. Contudo muitos asseguram que as medidas socioeducativas possuem caráter punitivo e retributivo.

Para os adolescentes, depois de efetuado encaminhando ao Ministério Público, a quem compete aplicar o processo Judicial, sendo aplicada a medida socioeducativa mais adequada. Após isso o Juíz, ao ser provocado pela representação oferecida pelo Ministério Público observará o procedimento previsto na Lei 8069/90, cujo resultado poderá ser ou a concessão da remissão como forma de suspensão ou a extinção do procedimento, ou, ainda, a análise do mérito, com a conseqüente absolvição ou homologação de medida socioeducativa.

A remissão é uma espécie de perdão concedido pelo Promotor de Justiça ou pelo Juiz de Direito. Trata-se de ato bilateral, onde o adolescente, juntamente com seus pais troca o processo por uma medida antecipada. A Remissão Ministerial: é concedida pelo promotor de justiça como forma de exclusão do processo (antes de se iniciar o processo socioeducativo); Remissão Judicial: concedida pelo Juíz, após o início do processo. Ela suspende ou extingue o processo; Em qualquer caso ela pode ser pura (perdão) ou cumulada com uma medida socioeducativa; Existe um entendimento, com base na Súmula 108 do STJ segundo o qual o representante do Ministério Público somente pode conceder a remissão pura, sendo-lhe vedada a aplicação cumulada de qualquer medida socioeducativa; A remissão não implica em o reconhecimento de culpa; Nem prevalece para efeitos de antecedentes; A remissão depende homologação do Juiz.

De acordo com (VERONESE, J. R.P. QUANDT, G de O. OLIVEIRA, L DE C. P, 2001) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina alguns comportamentos ou tarefas que se podem prescrever ao adolescente a quem é imputada a autoria de ato infracional que são as medidas socioeducativas. As medidas socioeducativas carregam uma proposta pedagógica, de caráter socioeducativo e de inclusão social aos adolescentes em conflito com a lei.

Segundo Pereira e Mestriner (1999):

As medidas socioeducativas serão aplicadas somente a adolescentes autores de ato infracional; de acordo com a gravidade, o grau de participação, a personalidade do adolescente, sua capacidade de cumpri-las e as circunstâncias em que a infração ocorreu. Elas possuem dupla dimensão: carregam aspectos de natureza educativa, como processo de acompanhamento realizado pelos programas sociais, que conferem direito a informação e a inclusão em atividade de formação educacional (educação escolar, formação profissional) e no mercado de trabalho (PEREIRA e MESTRINER, 1999 p.23).

Já Volpi (2001) com relação às medidas socioeducativas considera que:

[...] é ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social (VOLPI, 2001 p.66)

Nas medidas socioeducativas é aplicável a prescrição penal⁵, isso de acordo com a Súmula 338, em 16/05/2007 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Sendo assim cada ato infracional é equiparado aos crimes do Código Processual Penal.

As medidas socioeducativas são expressas em todo o conteúdo do Título, Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma as medidas socioeducativas serão aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional, e são definidas pelo Art. 112 como:

- I - advertência;
- II- obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a V.

Essas medidas são aplicadas levando-se em conta o contexto social e a capacidade do adolescente em cumpri-la, e não somente a gravidade do fato. Dividem-se em medidas socioeducativas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade e liberdade assistida – Art. 125 a 118, ECA), medidas socioeducativas de semiliberdade (semiliberdade – Art. 120, ECA) e medidas socioeducativas em meio fechado (internação – Art. 121, ECA). A medida de prestação de serviços à comunidade e a de liberdade assistida são executadas pelo município.

A seguir discorreremos sobre cada uma das medidas socioeducativas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

1. Advertência – conforme o Art. 115 do Estatuto consistirá em admoestação verbal, aplicada pela autoridade judicial e reduzida a termo. Neste ato devem estar presentes o juiz e o membro do Ministério Público. Sendo imposta para atos infracionais considerados leves.

De acordo com Veronese (2001) a advertência se resume num aviso, na observação, na representação e na censura verbalmente realizada pelo juiz ao adolescente que cometa ato infracional, contudo na presença dos pais ou responsáveis, visando que o adolescente não volte a cometer qualquer outro ato infracional.

⁵ **Prescrição - penal** - É a perda da pretensão do Estado de punir o infrator e de executar a sanção imposta devido a sua inércia dentro do prazo legal. É causa extintiva da punibilidade do agente. Ver arts. 107 e seguintes, do Código Penal.

2. Obrigação de reparar o dano – conforme o Art. 116 do ECA em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, autoridade pode determinar que o adolescente restitua a coisa; promova o ressarcimento do dano ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. “Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.”

Para (VERONESE, J. R.P. QUANDT, G de O. OLIVEIRA, L DE C. P. 2001, p.54) afirmam que esta medida, além de ser educativa pretende que se obtenha a satisfação de um dano causado a alguém por adolescente.

3. Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) consiste em tarefas gratuitas realizadas pelos adolescentes. Em sua grande maioria efetuada em hospitais, posto de saúde, escolas ou entidades assistenciais. Essas tarefas não podem ser no mesmo horário que o adolescente desenvolve suas atividades escolares. Esta medida tem o prazo máximo 6 meses, deve ser cumprida em jornada máxima de 8 horas semanais.

Faz-se necessário nesta ocasião pontuar outra vez a respeito da medida socioeducativa de PSC.

Segundo define o artigo 117 do Estatuto, a PSC,

(...) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

A medida de PSC propõe-se a oportunizar ao adolescente na instituição que prestará o serviço comunitário atividades de acordo com suas aptidões e com fins educativos. Além de possibilitar que o adolescente realize serviços à comunidade como forma de desenvolver sentimentos de solidariedade e consciência social.

Tendo em vista o vínculo social e institucional que a execução dessa medida prevê, sua execução demanda contato contínuo com os orientadores institucionais que acompanham o adolescente *in loco* no cumprimento das tarefas e na adequação do mesmo dentro do funcionamento institucional. A capacitação desses profissionais se torna a base através da qual se pode fundamentar e estreitar as relações e parcerias institucionais.

4. Liberdade Assistida (LA) essa medida socioeducativa está prevista no Art. 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente e consiste em acompanhar, auxiliar e orientar o

adolescente autor de ato infracional e sua família. Tendo a duração de no mínimo seis meses, podendo se estender por mais tempo dependendo da sentença do Juiz.

Conforme o Art. 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 118 -§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119-Incumbem ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Segundo Pereira e Mestriner (1999), a Liberdade Assistida é a medida socioeducativa aplicada ao adolescente autor de ato infracional menos grave, como medida inicial ou também nos casos de egresso das medidas de internação e de semiliberdade, como etapa conclusiva do processo socioeducativo.

Ainda de acordo com Pereira e Mestriner (1999) a medida socioeducativa de Liberdade Assistida se caracteriza em desenvolver atividades em meio aberto, superando o caráter privado de liberdade, pois o seu cumprimento se realiza fora dos muros de uma instituição. Garantem ao adolescente o direito de ir e vir, de se locomover livremente - permitindo com isso a superação do ato infracional. Isto possibilita aos adolescentes estar com a família, no trabalho e na escola.

5. Semiliberdade – Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente de autorização judicial. Nesta medida socioeducativa o adolescente possui a privação parcial da liberdade. Permitindo que o adolescente realize atividades externas durante o dia (trabalho/escola) e no período noturno – ele é recolhido ao estabelecimento apropriado com o acompanhamento de orientador.

§ 1.º. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, serem utilizadas os recursos existentes na comunidade.

§ 2.º. A medida não comporta prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas a internação.

No que diz respeito ao regime de semiliberdade Veronese (2001) é aquele em que o adolescente recolhe-se à noite num estabelecimento e que durante o dia tem a sua liberdade para que possa realizar as suas atividades ditas externas, estas nas quais independem de uma autoridade judicial.

6. Internação – Art. 121 constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. Incide na restrição ao direito de liberdade do adolescente, em caso de cometimento de ato infracional grave. O que segundo o Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1.º. O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.

§ 2.º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

No Art. 122 do Estatuto, informa que a medida de internação poderá ser aplicada quando o ato infracional for cometido com grave ameaça ou violência à pessoa, outras infrações graves e pelo descumprimento de uma medida anteriormente imposta. Esta privação de liberdade deverá ser cumprida em uma entidade que seja exclusiva para adolescentes, em lugar distinto daquele adolescente que precisa ser abrigado.

Em relação ao desenvolvimento do processo socioeducativo em privação de liberdade os jovens devem ser reavaliados a cada seis meses, o tempo máximo de internação é de três anos, após isso, o adolescente deve ser colocado em semiliberdade ou liberdade assistida.

A Constituição Federal de 1988 determina que às crianças e os adolescentes sejam assegurados uma série de direitos como a proteção integral com prioridade absoluta. No entanto os adolescentes autores de ato infracional não devem ser excluídos de tal proteção.

O alcance desses direitos se obtém com a proteção especial de algumas garantias, dentre as quais a do pleno conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação

processual e defesa técnica prestada por profissional habilitado, visando evitar a exposição temerária do adolescente e eventual prejuízo para a sua formação psicossocial.

Dentro do procedimento, o adolescente ao qual se atribui a prática de um ato infracional tem o direito de, na audiência de apresentação, ser ouvido sobre os fatos que lhe são imputados, garantindo-se, assim, o absoluto respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, consistente no direito de presença, audiência e autodefesa.

Dos direitos individuais:

No ART. 106 do Estatuto da Criança e do Adolescente nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária. O parágrafo único do art. 106 determina que o adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos. Por essa garantia individual, escorada no preceito constitucional disposto no art. 5º, LXIII e LXIV, o adolescente será informado de seus direitos e ser-lhe-á assegurado o direito de ser assistido por sua família e pelo seu advogado, bem como o de permanecer calado.

A norma prevista no artigo 106 tem seu fundamento na Constituição – art. 5º, LXI – que determina: “que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente”.

Já de acordo com ART. 107 do referido Estatuto traz que a apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

Parágrafo único: Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.

No que trata o Art. 107 que está citado acima, o entendimento é de que a norma estabelece que toda apreensão de adolescente, quer em flagrante delito, quer por ordem escrita do juiz competente, deve ser comunicada, imediatamente, ao juiz da infância ou ao magistrado indicado pela lei de organização judiciária local.

Caberá tanto à autoridade policial, ao Ministério Público ou ao Magistrado competente analisar se é possível e conveniente a liberação do adolescente, comparecendo seus pais ou responsáveis.

Poderá, dependendo do caso, ser firmado compromisso sob termo de responsabilidade para que se apresente perante o Ministério Público (art. 174).

As hipóteses de Flagrante estão dispostas no artigo 302, do Código Processual Penal: “Considera-se em flagrante delito quem”:

I – está cometendo a infração penal;

- II – acaba de cometê-la;
- III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa em situação que faça presumir ser autor da infração;
- IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

No caso de crianças e adolescentes a autoridade competente é o Juiz da Infância e da Juventude (art. 146, do ECA).

As medidas socioeducativas têm como objetivo resgatar a cidadania, apoiando não somente os jovens atores de ato infracional, mas também a família destes adolescentes, trazendo mudanças decisivas na realidade familiar, comunitária e social, sempre tendo em vista a proteção integral dos adolescentes, baseando-se nos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.2. O Sinase

As medidas socioeducativas possuem em sua concepção fundante uma natureza sancionatória que responsabilizam judicialmente os adolescentes estabelecendo restrições legais e, sobretudo uma natureza sócio pedagógica, uma vez que sua execução está condicionada a garantia de direitos e o desenvolvimento de ações educativas visando à formação da cidadania, possibilitando que os adolescentes redirecionem seus projetos de vida. Desta forma, a sua operacionalização inscreve-se na perspectiva essencialmente ético-pedagógica (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006, p.47).

Em Junho de 2006 em comemoração aos 16 anos de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) apresentam o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo é um projeto de lei aprovado por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O Sinase prevê normas para padronizar os procedimentos jurídicos envolvendo menores de idade, que vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação.

O Sinase tem a sua gestão fundamentada em princípios e características articulando-se com as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal), bem como as políticas

setoriais no provimento dos adolescentes. Está articulado ainda, com os princípios da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com objetivo de incluir socialmente os adolescentes autores de ato infracional.

O Sinase articula os três níveis de governo, em um sistema integrado, para o desenvolvimento desses programas de atendimento, considerando a intersetorialidade e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Estabelece as competências e responsabilidades dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, que devem sempre fundamentar suas decisões em diagnósticos e em diálogo direto com os demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, tais como o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Este sistema tem como escopo implementar as medidas socioeducativas, aprimorando o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, tendo como compromisso a prioridade absoluta e o melhor interesse da criança e do adolescente.

De acordo com o Sinase (2006):

Os parâmetros da ação socioeducativa estão organizados pelos seguintes eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança (SINASE, 2006 p.63)

Segundo dados contidos no Sistema nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase: O Levantamento estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo. Este quantitativo representava 0,2% (zero vírgula dois por cento) do total de adolescentes na idade de 12 a 18 anos existentes no Brasil. Ainda em relação a este levantamento estatístico, 70% (setenta por cento), ou seja, 27.763 do total de adolescentes no Sistema Socioeducativo se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

Para finalizar utilizamos a fala de Pereira e Mestriner (1999):

A experiência tem demonstrado que os programas socioeducativos, quando acompanhados de forma competente, são os que alcançam resultados satisfatórios no processo de socialização dos adolescentes. Na maioria dos casos, eles têm sido capazes de auxiliar os adolescentes na superação dos conflitos da chamada crise da adolescência, geralmente marcada pelo insurgimento aos padrões sociais estabelecidos e, por isso mesmo, determinantes de transgressões.

É necessário pontuar que iremos detalhar as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade, pois são essas que são municipalizadas. O município onde reside o adolescente autor de ato infracional é responsável pela execução dessas medidas. Para tanto no item abaixo iremos abordar sobre o Serviço de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade de Florianópolis.

2.3. Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

O Serviço de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade em Florianópolis foi aprovado em 05 de Julho de 1995, através do Decreto nº543/95 idealizados pelo Centro de Promotoria da Infância, da Procuradoria Geral da Justiça e concretizado através do convênio nº12 de 28 de Setembro de 1995. Surge como resultado de um Projeto de Liberdade Assistida Comunitária (LAC) elaborado pela Promotora de Justiça da Infância e Juventude Dr^a Henriqueta Scharf Vieira em julho de 1995, como um serviço pautado em uma ação voluntária, sob a coordenação de assistentes sociais. Trouxe como referências experiências com resultados positivos de outros municípios, sendo realizadas algumas adaptações à realidade de Florianópolis (SCHENA, 2005, p.44).

Segundo Gorges, (2007, p.4) a partir do projeto elaborado assinou-se um Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Estado da Criança e Justiça, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Fundação Vida, Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), Centro de Promotorias da Infância, visando a criação dos Programas socioeducativos de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), previstos no Art.112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em outubro do ano de 1995 o Serviço foi implantado, tendo como local às dependências da Vara da Infância e Juventude de Florianópolis, para que fosse facilitado o atendimento aos adolescentes bem como seus familiares, e evitando o envio de processos para outro local. O Serviço também previa a atuação de voluntários que desempenhariam suas atribuições no espaço comunitário dos adolescentes, sendo assim chamada de Liberdade Assistida Comunitária (MARTINS, 2004).

Em 17 de setembro de 1997, é revogado o termo de Convênio nº 012/95, e substituído pelo Convênio nº 001/97 entre a Secretaria da Justiça e Cidadania, Ministério Público e Fundação Viva a Vida. A Prefeitura Municipal de Florianópolis e Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) ficaram de fora, o primeiro por não cumprir com suas responsabilidades, como exemplo o veículo que era utilizado para as visitas comunitárias, o vale-transporte fornecidos aos adolescentes para o cumprimento da medida, e o segundo alegou não haver mais condições de contribuir, frente a falta de pagamento da equipe técnica (SCHENA, 2005, p.46).

A partir de 1999 a medida de Liberdade Assistida passa a não ter mais o caráter comunitário (SCHENA, 2005, p.47).

As ações de assistência social no município de Florianópolis eram desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, no entanto, no ano de 2001 esta secretaria é desmembrada, em duas secretarias: a Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal da Saúde, pela Lei nº 5831/01(MARTINS, 2010).

No ano de 2002 o município de Florianópolis/SC passou a ser responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto (SCHENA, 2005, p.50). Com isso o quadro de funcionários é remodelado, sendo 01 assistente social e 01 psicóloga efetivadas através de concurso público, 02 assistentes sociais contratadas pela AFLOV E 01 estagiária de Serviço Social em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (MARTINS, 2004).

A Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal da Saúde, permanecem assim até 2005.

Em 2005 em função da reforma administrativa, passa a ser Secretaria Municipal da criança, adolescente, idoso, família e desenvolvimento social (SCAIFDS). E no ano de 2007 (LEI Nº 7398/07, de 11 de setembro de 2007), para Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), na gestão do Prefeito Dário Berger (MARTINS, 2010).

Desde então a sede do Serviço localiza-se na Cidade da Criança em Florianópolis, junto ao CREAS⁶ – Centro de Referência Especializado de Assistência.

⁶ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Sendo assim “frente à municipalização do Serviço, tem-se a colocar que o atendimento na área da infância e juventude apresenta aspectos técnicos administrativos e financeiros, mas se impõe como uma essencialmente questão política” (Martins, 2004).

Ainda de acordo com Martins (2004)

Municipalização não significa necessariamente prefeiturizar e sim contar com a participação da população através de suas organizações representativas, em especial as entidades e instituições nas áreas da Infância e Juventude, podendo superar o caráter fragmentário dos programas de área propiciando a criação e racionalização de uma rede de serviços integrados em nível municipal e regional (MARTINS, 2004).

Atualmente o Serviço é co-financiado através de recursos do Governo Federal por meio de transferências do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social, sendo regulado por meio do Piso Fixo de Média Complexidade (conforme Portaria Nº440/2005 - Art. 3º). Há também o co-financiamento municipal para o desenvolvimento de suas ações. Vale destacar que o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), instituído pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, tem por objetivo proporcionar recursos para apoiar os serviços, programas e projetos de assistência social. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o Fundo Nacional de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Outra questão que merece destaque é que os critérios para a partilha de recursos e inclusão de municípios são definidos anualmente pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), instância de articulação e pactuação da política pública de assistência social, com a participação de representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Quanto aos Recursos Materiais são estes permanentes e de consumo para o desenvolvimento do Serviço, tais como: carro, mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

Objetivos gerais e específicos do Serviço⁷:

⁷ Essas informações foram retiradas da Metodologia de Atendimento do Serviço de Orientação e Acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do município de Florianópolis.

Objetivos gerais são:

Acompanhar os adolescentes autores de ato infracional encaminhados pela Justiça da Infância e Juventude, na execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, conforme os artigos 117 e 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivos Específicos são:

- Refletir junto ao adolescente e sua família acerca das circunstâncias do ato infracional praticado, seu envolvimento e sua percepção sobre o mesmo, buscando conjuntamente alternativas na construção de um projeto de vida que evite a conduta reiterada;
- Criar condições para que o adolescente desenvolva o exercício da cidadania, buscando auxiliá-lo no processo de criar alternativas para melhor lidar com as dificuldades apresentadas;
- Potencializar o adolescente na construção de um projeto de vida pautado na permanência / conclusão e / ou retorno na rede de ensino escolar, bem como fomentar sua inserção no mundo do trabalho;
- Realizar espaços de reflexão troca de experiências e vivências entre as famílias e / ou responsáveis legais dos adolescentes por meio de encontros, orientando-as em relação ao comprometimento para com o processo de execução da medida socioeducativa;
- Divulgar o trabalho e os objetivos do Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, visando construir um fluxo permanente de troca interinstitucional.

Em consulta à metodologia de atendimento do Serviço, verificou-se que a demanda caracteriza-se por adolescentes de ambos os sexos, entre 12 e 18 anos incompletos que cometeram algum ato infracional, os quais são encaminhados ao Serviço pela Justiça da Infância e Juventude de Florianópolis / SC que receberam por sentença judicial a medida socioeducativa de Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade. Sendo que as medidas são sugeridas pelo Ministério Público e homologadas pela autoridade judiciária. Cabe ressaltar que este Serviço atende somente adolescentes residentes no município de Florianópolis.

Conforme preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, cada técnico é responsável pelo atendimento de 20 adolescentes. Iniciando o acompanhamento busca-se realizar a construção de vínculo para com a família, o adolescente e a comunidade onde reside. Durante este acompanhamento, os profissionais intervêm em diversas questões e situações, visando juntamente com o adolescente e a co-responsabilidade da família buscar alternativas para a elaboração de um novo projeto de futuro, pautado no afastamento e/ou rompimento com a prática de atos infracionais; promoção da cidadania; inserção no mercado de trabalho; conclusão, retorno e permanência na rede de ensino escolar; melhoria na qualidade de vida e manutenção dos vínculos familiares, garantindo o protagonismo juvenil.

São atendidos neste Serviço as medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida.

Abaixo será discorrido mais detalhadamente sobre a medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA).

2.3.1. A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade

Mais especificamente no art. 117 do ECA, a medida socioeducativa de **Prestação de Serviço à Comunidade** consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 6 (seis) meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Sendo assim é uma medida socioeducativa que apresenta benefícios recíprocos: é benéfica ao adolescente, considerando seu cunho pedagógico em um processo que incita a reflexão sobre suas atitudes bem como sobre o ato infracional cometido; e benéfica à sociedade, de forma que a participação social no que tange o comprometimento para com as entidades sociais e instituições que participa através da oferta de tarefas gratuitas para o atendimento à determinada parcela da comunidade.

Objetivo Geral do Serviço no que tange a medida de PSC:

Acompanhar os adolescentes na execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC- conforme o preconizado pelo art. 117 do ECA.

Objetivos Específicos da medida de PSC:

- Realizar entrevista(s) com o adolescente e sua família para conhecer sua dinâmica de vida e suas aptidões;
- Encaminhá-lo à Instituição adequada ao seu perfil para que preste serviço comunitário;
- Acompanhar o adolescente no cumprimento da medida, em conformidade com o período estabelecido pela autoridade judiciária;
- Supervisionar a frequência e o engajamento do adolescente no cumprimento de suas atividades na instituição;
- Orientar e acompanhar a intervenção dos orientadores institucionais na execução da medida de PSC.

2.3.2. A Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

Mas explicitamente no Art. 118 do ECA a medida socioeducativa **de Liberdade Assistida** será adotada como forma de prestar acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente, objetivando a promoção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando a garantia do protagonismo juvenil para a construção de um projeto de vida e consequentemente a ruptura do adolescente com a prática de atos infracionais. A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o Defensor.

Objetivo Geral do Serviço no que tange a medida de LA:

Adotar a medida de Liberdade Assistida como forma de prestar acompanhamento e orientação, em regime aberto, ao adolescente autor de ato infracional, promovendo a reinserção sócio familiar, estabelecendo-lhe limites externos e fornecendo suporte e auxílio ao grupo familiar, evitando a reincidência.

Portanto, de acordo com Schena (2005),

A execução da LA exige atenção específica do município, da sociedade, e dos técnicos responsáveis pela sua execução, determina articulação e participação de todos os agentes, para que seja possível trabalhar e oferecer serviços de acordo com

os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente nesta área, ou seja, de caráter eminentemente socioeducativo para com o adolescente autor de ato infracional (SCHENA, 2005, p.49).

Objetivos Específicos da medida de LA:

- Criar condições para romper com a prática de ato infracional, através de ações socioeducativas efetuadas pelo acompanhamento, orientação e auxílio ao adolescente e sua família;
- Comprometer a família e a comunidade no processo socioeducativo do adolescente;
- Orientar o adolescente e sua família na busca dos instrumentos indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

Vale ressaltar que o Serviço executa a Liberdade Assistida em duas modalidades de atendimento: LA Institucional - LAI e LA Comunitária - LAC. Estas duas modalidades ocorrem de forma que a LAC acompanha os adolescentes oriundos das comunidades do Bairro Monte Cristo: Promorar, Panorama, Santa Terezinha I e II, Nova Esperança, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e a LAI acompanha os adolescentes residentes nas demais comunidades do município de Florianópolis através de atendimentos individuais e familiares na sede do Serviço situada no CREAS, no bairro Agrônômica e por meio de visitas domiciliares e a modalidade comunitária acontece através da ida das técnicas responsáveis pela execução da medida até a comunidade.

Ultimamente, o Serviço conta com uma equipe técnica formada por 05 assistentes sociais contratadas pela AFLOV sendo que 03 da LAC, 02 da LAI e 01 na PSC; 01 assistente social efetiva atua na LA; 01 psicóloga contratada pela AFLOV para executar a medida de LA e 01 psicóloga efetiva na PSC; 01 supervisora técnica que é assistente social; 02 estagiárias, sendo 01 de Serviço Social da UFSC e 01 de Psicologia da CESUSC; e 01 motorista contratado pela AFLOV;

2.3.3. O Serviço Social no Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

O Serviço Social está presente na Prefeitura Municipal de Florianópolis desde 1974, estando vinculado então a Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, sendo apenas uma Divisão dessa Secretaria (SCHENA, 2005, p.50).

No ano de 1985, esta Secretaria foi desdobrada e dividida em duas Secretarias, a saber, Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde / Desenvolvimento Social (SCHENA, 2005, p.50).

Na Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social havia o Departamento de Desenvolvimento Social, responsável pelo gerenciamento dos programas sociais do município (SCHENA, 2005, p.50).

Após isso passa por transformações novamente surgindo a Secretaria de Saúde e Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTFS) permanecendo assim até 2005. Em função da reforma administrativa, passa a ser Secretaria Municipal da criança, adolescente, idoso, família e desenvolvimento social (SCAIFDS). Estando a ela vinculado o Serviço de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade (SCHENA, 2005, p.50).

O assistente social dentro do Serviço de LA e PSC desempenha intervenções em um espaço institucional através de uma política de atendimento, assegurada em lei, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim sendo, tal profissional dentro do Serviço passa a ser um executor de medidas socioeducativas impetradas pela Justiça da Infância e Juventude. Cabe também ao assistente social o papel de orientador. Em relação à orientação é importante utilizar o art. 119 do ECA. Parafraseando este artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) as atribuições do assistente social enquanto orientador dentro do Serviço é promover espaços de reflexão onde o adolescente perceba seu papel na sociedade, auxiliando-o a descobrir suas potencialidades, elaborando pra si um projeto de vida com propósitos definidos tentando superar suas dificuldades; possibilitar condições para que reforce seus vínculos familiares e comunitários; incentivar a frequência escolar, bem com as possibilidades de engajamento no mercado de trabalho; desenvolver no adolescente a capacidade de reflexão, sobre suas vivências, dificuldades, sua ação no mundo (passado, presente, futuro); criar condições para que o

adolescente estabeleça um padrão de conduta, ou seja, crie um projeto de vida, fazendo disso a ruptura bem com a não reincidência em atos infracionais.

Em se tratando dos programas sociais nos municípios, os autores Beretta e Martins (2004), orientam a importância em se aprofundar que:

É imprescindível que os municípios sejam capazes de descobrir caminhos e mecanismos mais participativos de decisão e de planejar e assumir o gerenciamento de seus programas sociais. Para tanto, é preciso redimensionar o processo de municipalização com a mudança de mentalidades, treinamento em gestão social, instalações adequadas e aquisição de equipamentos para o enfrentamento da realidade e, principalmente, para a implementação de ações sociais embasadas em diagnósticos socioeconômicos com competência para responder as demandas locais (BERETA e MARTINS, 2004, p. 75)

É neste sentido que o assistente social deve se fazer presente, atuando junto aos segmentos responsáveis pela efetivação e manutenção de políticas públicas, que visem o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social advindas das desigualdades existentes em níveis nacional, estadual e municipal.

O profissional de Serviço Social neste âmbito desempenha uma ação socioeducativa voltada para a educação social com a finalidade de viabilizar o pleno desenvolvimento dos adolescentes.

O objetivo do Serviço Social consiste em acompanhar adolescentes autores de ato infracional em cumprimento da Medida Sócio-Educativa de Liberdade ou Prestação de Serviço a Comunidade. A finalidade deste acompanhamento é garantir que, além do caráter sancionatório de responsabilização do adolescente, a medida socioeducativa tenha caráter pedagógico e socializante, a partir da concepção de que o adolescente é sujeito de direitos e pessoa em situação peculiar de desenvolvimento necessitando, portanto, de referência, apoio e segurança.

Fazem parte deste acompanhamento, procedimentos técnicos operativos exercidos pelo Serviço Social, segundo Iamamoto (1997), geralmente se têm uma visão focalista dos instrumentos de trabalho sendo eles compreendidos como um “arsenal de técnicas” como entrevistas, reuniões, plantões, encaminhamentos etc. No entanto de acordo com Schena (2005) “se faz necessário analisar que a atuação do assistente social perpassa esses limites, remetendo para a reflexão de quais os meios para a intervenção”.

As práticas desenvolvidas e os instrumentos técnicos – técnicos operativos mais utilizados na ação profissional do assistente social são⁸:

Acolhimento ao adolescente e sua família: Acolhimento / atendimento a adolescentes, quem vem ao Serviço após passar por audiência de apresentação na Justiça da Infância e Juventude, bem como de sua família. Por ser o primeiro atendimento, o adolescente geralmente vem acompanhado por um familiar responsável, este se apresenta com o termo de audiência. Na ocasião são informados da medida aplicada e as especificidades da Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade. Também é realizado o preenchimento da ficha de identificação, que contém informações que serão utilizadas posteriormente para contato, como endereço, telefone, e outros dados que poderão servir para futuras pesquisas, como composição familiar, escolaridade dos pais e profissão dos mesmos.

Atendimentos individuais: este ocorre semanalmente no início do acompanhamento e posteriormente ocorrerá conforme a necessidade de cada caso. Na modalidade Institucional - LAI - os atendimentos individuais são geralmente realizados na sede do Serviço após a realização da primeira visita domiciliar, ou agendamentos efetuados através de contatos telefônicos. No que se refere a modalidade Comunitária - LAC - os atendimentos são realizados ora na residência dos adolescentes, ora em locais apropriados quando disponíveis na comunidade. Entre as atividades efetuadas neste atendimento encontram-se as atualizações dos dados da situação do adolescente, encaminhamento para providenciar documentos, viabilização de retorno e frequência à escola, curso profissionalizantes, entre outros.

O atendimento individual propicia um espaço livre para o diálogo. Mas nem sempre o adolescente se mostra acessível, o que torna o acompanhamento um aprendizado e que necessita a construção de confiança onde se faça uso do diálogo.

Ambas visam o comprometimento e a responsabilização dos mesmos durante todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa, bem como a participação nas atividades desenvolvidas e oferecidas pelo Serviço na comunidade.

Durante o atendimento individual são destinadas informações acerca da situação processual de cada adolescente junto a Vara da Infância e Juventude, bem como esclarecimentos no que se refere às consequências do descumprimento da medida e orientação, dando ênfase aos direitos e deveres preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, visando à interrupção com a prática de atos infracionais.

⁸ Informações de acordo com a Metodologia do Serviço de Orientação e acompanhamento à adolescentes em cumprimento de LA e PSC

Atendimento familiar: o atendimento dispensado às famílias dos adolescentes tem por objetivo entender a dinâmica familiar e promover através do diálogo, o fortalecimento, manutenção e recuperação dos vínculos sejam eles por consangüinidade e/ou por afinidade, além de orientar e potencializar as famílias para que se tornem referências positivas durante e após o processo de acompanhamento do adolescente no cumprimento da medida. O atendimento às famílias ocorre através de visitas domiciliares, atendimentos pré-agendados na sede do Serviço ou de forma espontânea quando familiares recorrem ao técnico responsável pela situação do filho para dividirem informações, ou buscarem auxílio e encaminhamento para suas demandas, além de suporte e auxílio técnico destinado por meio de contatos telefônicos.

Visitas comunitárias: durante a execução da medida de Liberdade Assistida o técnico desloca-se para as comunidades onde residem os adolescentes, a fim de conhecer o território e seus serviços comunitários e institucionais. Visa também o favorecimento e ampliação das percepções dos técnicos acerca da história e relação dos adolescentes com a comunidade em que vivem.

Visita domiciliar: é um instrumental técnico de suma importância utilizado por todos os profissionais atuantes no Serviço por possibilitar a construção de um olhar amplo para compreensão da família e seu contexto de vida. Neste procedimento a equipe conhece, acompanha e torna conhecida a dinâmica familiar realizando as intervenções quando necessário.

A visita domiciliar possibilita avaliar e ampliar a percepção sobre uma determinada situação, para a realização de encaminhamentos mais adequados.

Segundo Mioto (2001 p.148) as visitas domiciliares tem como objetivo: “têm como objetivo conhecer as condições (residência e bairro) em que vivem tais sujeitos e aprender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam as entrevistas de gabinete”.

Visitas institucionais: esta etapa visa expor e divulgar o trabalho do Serviço junto às instituições existentes nas comunidades e firmar parcerias acerca das atividades realizadas. Visa ainda desconstruir o estigma dos adolescentes autores de ato infracional junto às referidas instituições que prestam atendimento, seja na comunidade ou fora dela, proporcionando aos adolescentes uma nova possibilidade de (re) significação e integração dos mais diversos espaços.

Abaixo a “programação” desenvolvida pelo Serviço Social destacando algumas estratégias de ação desenvolvidas pelo Serviço⁹:

- Ficha de relato diário: a ficha é preenchida com as informações realizadas nos atendimentos. São relatados neste documento todos os dados importantes do atendimento ou da entrevista. Essa é a forma de registro mais utilizada pelo assistente social dentro do Serviço.
- O Termo de Comunicação é um documento que é utilizado com o objetivo de prestar e/ou solicitar informações de interesse do Serviço a toda rede intersetorial de serviços, bem como a Justiça da Infância e Juventude da Comarca da Capital. Cabe esclarecer que em se tratando das autoridades constituídas por Lei, a comunicação será encaminhada depois de efetuado o primeiro atendimento.
- Os Relatórios Situacionais (R.S): a emissão deste documento se dá em período trimestral, podendo ser encaminhado em outros períodos conforme a necessidade e peculiaridade de cada caso acompanhado. Este período será mantido desde que, a cada relatório situacional o Serviço tenha conhecimento de forma oficial do despacho judicial referente ao último relatório situacional enviado. Esses relatórios são encaminhados à 15ª Promotoria da Infância e da Juventude de Florianópolis e a Justiça da Infância e Juventude da Comarca da Capital, com o intuito de subsidiá-los tecnicamente nos casos de fornecimento de informações referentes ao acompanhamento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) ou de medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Também são enviadas todas as intervenções realizadas pelos técnicos junto a cada adolescente e sua família; encaminhados a Justiça da Infância e da Juventude ao término da execução da medida, em casos de descumprimento da mesma, em casos que as medidas necessitem reavaliação e nos casos em que a família e/ou adolescente mudaram para outro município.
- Solicitação de Informação: documento utilizado para solicitar informações onde o adolescente é atendido junto à rede sócio-assistencial.
- Aplicação de Questionário de Avaliação: este questionário constitui um instrumento de avaliação da percepção do adolescente frente à execução da medida, cuja aplicação visa entender a compreensão da mesma, bem como verificar se os objetivos propostos

⁹ As estratégias de ação desenvolvidas pelo Serviço Social foram feitas de acordo com o que está documentado na Metodologia de Atendimento do Serviço de Orientação e Acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de LA e PSC do município de Florianópolis

durante o acompanhamento foram alcançados. Tais objetivos versam sobre: seu projeto de vida, sua inserção no mercado de trabalho, escolarização e/ou profissionalização, buscando ainda verificar se houveram mudanças em seus relacionamentos. O questionário é aplicado no momento em que é realizado o último atendimento, isto é, momento em que o técnico informa ao adolescente que solicitará seu desligamento do Serviço por cumprimento de medida, com o intuito de identificar os pontos a serem aperfeiçoados. O Serviço utilizará estes indicativos para elaborar um diagnóstico.

- Realização de reuniões técnicas: as reuniões técnicas acontecem semanalmente com a presença de toda a equipe técnica e estagiários. Nestas, são realizados estudos de casos, discussão de assuntos de interesse do Serviço e informes gerais. Durante estas reuniões também são analisados e avaliados os relatórios estatísticos qualiquantitativos, dados técnicos e operacionais do Serviço. Esta análise faz-se necessária devido a especificidades da demanda atendida.
- Quadro Estatístico: documento que mensura as atividades realizadas pela equipe técnica no mês de referência

CAPITULO 3: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Iniciaremos este capítulo trazendo os procedimentos metodológicos que adotamos para a realização deste trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os objetivos propostos. Logo após, passamos a analisar os dados coletados neste estudo aos documentos do Serviço. Desse modo tentaremos concretizar um estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no município de Florianópolis, nos anos de 1998, 2002 e 2010. Na sequência, apresentaremos os limites da pesquisa empírica, bem como a apresentação e a análise dos dados obtidos.

3.1. Procedimentos Metodológicos

3.1.1. Natureza da pesquisa

O interesse pelo objeto pesquisado deu-se em decorrência do estágio obrigatório, realizado pelo período de 09 meses no Serviço de Orientação e Acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade do município de Florianópolis. Cabe salientar que o interesse por essa temática se construiu ao longo de toda a graduação desta pesquisadora e se acentuou ainda mais, quando esta cursou a Disciplina de Serviço Social e políticas de atenção criança e ao adolescente, ministrado pelas professoras Marli Palma de Souza e Maria Manoela Valença.

Para tratarmos da pesquisa, é necessário primeiramente definir este conceito que, de acordo com Minayo (1998) é,

[...] pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 1998, p. 16).

Ao analisarmos a citação acima, não podemos definir que pesquisa é apenas um método convencional e ordenado de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é tentar encontrar soluções para dificuldades mediante o emprego de processos científicos.

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo.

Segundo Minayo (1999)

A abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade, sendo assim, segundo a mesma autora, a pesquisa qualitativa responde a questões particulares. Ela preocupa-se, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significado, motivo, aspirações, crenças, valores, atitude [...] (MINAYO 2001, p. 21-22).

Assim para fundamentar essa a parte teórica dessa pesquisa utilizar-se-á de coleta de dados, como: Pesquisa Bibliográfica, realizando leituras e pesquisas referentes à temática do TCC. As bibliografias, as que se sobressaíram foram: Custódio (2009), Faleiros (1995), Marcílio (1997), Mendez (1998), Pereira e Mestriner (1999), Souza (2004), Veronese (2009), Vogel (1995), Volpi (2006) Rizzini (1995).

Segundo Lakatos e Marconi (1991),

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia, já jornada pública em relação ao tema, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, etc. [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (LAKATOS e MARCONI, 1991, p.183).

Foram utilizadas também leitura aos Trabalhos de Conclusão de Curso de ex-estagiárias do Serviço de LA / PSC, dentre as utilizadas destacamos: Martins (2004) Schena (2005), e Gorges (2008).

A Pesquisa Documental se deu através da utilização dos livros de registro de entrada de adolescentes neste Serviço com ênfase nos anos de 1998, 2002 e 2010. Portanto foram consultados três livros de entrada referente à medida de PSC e também três livros referentes à medida de LA. Em alguns casos, o prontuário de atendimento dos adolescentes ingressantes nos anos a serem pesquisados, quando necessário foram empregados.

Faz-se necessário salientar que a pesquisa documental, precisa estar atrelada a uma análise crítica fundamentada de acordo com os objetos de pesquisa.

3.1.2. Trajetória da pesquisa

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico nos acervos da Biblioteca Central e Setoriais da Universidade Federal de Santa Catarina, com leituras de títulos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social que tiveram como foco a medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços, tendo como objetivo o aprofundamento do tema e construção da parte teórica.

Para a efetivação dessa investigação também foi consultado livros de autores que tratavam sobre o histórico do atendimento dispensado as crianças e adolescentes no Brasil, anteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente e após o referido Estatuto. Além de aprofundar a investigação realizando consulta aos estudos que tratam sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas.

Posteriormente foi consultado os Trabalhos de Conclusão de Curso de ex-estagiárias do curso de Serviço Social, da Instituição do Serviço de orientação e acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade de Florianópolis.

Em seguida foi dado destaque para a Pesquisa Documental através da utilização dos seis livros de registro de entrada e também do prontuário de alguns adolescentes, com o intuito de fazer o levantamento do perfil dos adolescentes autores de ato infracional que receberam medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.

Com os elementos da pesquisa em mãos, construímos uma planilha no Excel, documento este semelhante o que é utilizado pelo Serviço, para fornecer os dados para o ICOM¹⁰. Foram ao todo seis planilhas, duas referentes ao ano de 1998, ano em que as medidas socioeducativas eram executadas pelo judiciário, duas para o ano de 2002 em que as

10 Instituto Comunitário Grande Florianópolis – o ICOM foi fundado em 25 de novembro de 2005 como resultado de um trabalho de articulação de um grupo de profissionais, líderes comunitários e empresários que buscavam uma alternativa inovadora para promoção do desenvolvimento social local. Inspirado no modelo de fundações comunitárias existentes em 46 países o ICom visa articular e qualificar o investimento social de pessoas físicas e jurídicas da Grande Florianópolis. O principal compromisso do ICom é fortalecer a rede social local, disponibilizando recursos técnicos e financeiros para realização de ações sociais articuladas, capazes de gerar impacto concreto no desenvolvimento social da comunidade.

medidas socioeducativas começam a ser municipalizadas e executadas pelo próprio município e duas para o ano de 2010, que é o período mais recente de análise. Nestas foram anotadas todos os dados coletados. Na análise de cada ano e cada medida socioeducativa, optou-se por pesquisar informações, tais como idade, sexo, reincidência, bairro, ato infracional.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto a outubro de 2010. Sendo conciliado com as demais atividades desenvolvidas junto ao setor.

Após sistematizarmos as informações em documento no Programa do Word, conforme o nosso objetivo de estudo.

A partir destas sistematizações, construímos gráficos e uma tabela para subsidiar a análise da pesquisa, como também identificar as informações obtidas.

3.1.3. Limites da pesquisa

O limite da pesquisa que se destacou foi quanto aos dados contidos nos livros de registro de entrada de adolescentes, pois em muitos casos faltavam informações, principalmente com relação à reincidência referente ao ano de 1998 e também ao ano de 2002.

3.2. Apresentação e análise dos dados

Para iniciar a apresentação e análise dos dados pesquisados, cabe ressaltar nossos objetivos gerais e específicos. O objetivo geral é fazer um “estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu de medidas socioeducativa de Liberdade Assistida ou de Prestação de Serviço à Comunidade nos anos de 1998, 2002 e 2010”. Já como específicos temos: conhecer a faixa de idade; identificar o sexo; saber se são ou não reincidentes¹¹; analisar a tipificação dos atos infracionais cometidos dando destaque para os que atingiram os maiores índices e as medidas socioeducativas recebidas; identificar a região e os bairros de

¹¹ Reincidência (voltar a incidir) é um conceito jurídico, aplicado ao direito penal, que significa voltar a praticar um delito havendo sido anteriormente condenado por outro (de igual natureza ou não)

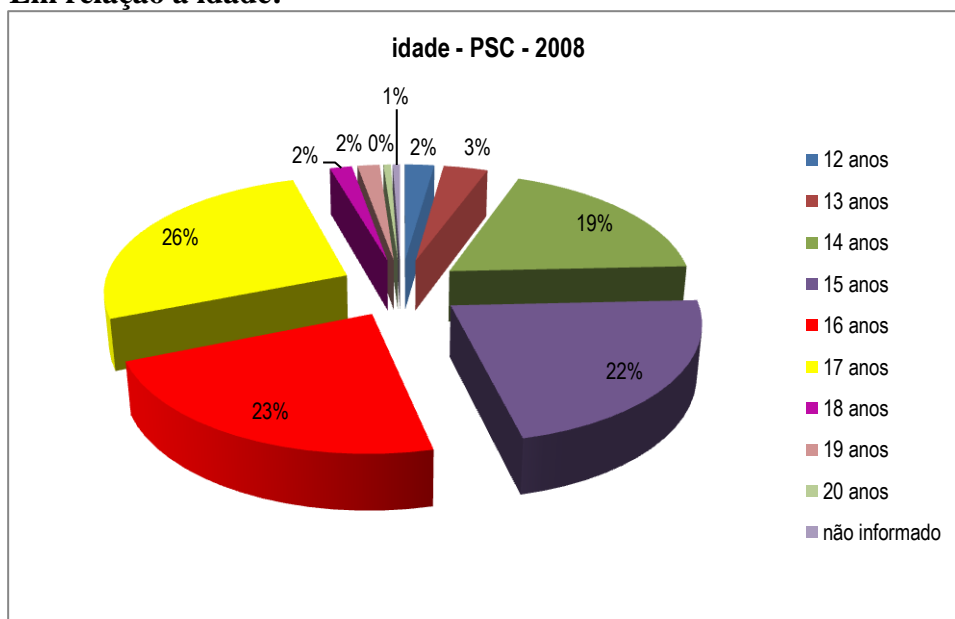
residência que apresentam os maiores números de adolescentes que receberam medidas de LA ou PSC.

Daremos início à análise trazendo em separado as informações de cada ano pesquisado: primeiro apresentaremos a medida de Prestação de Serviços à Comunidade, e após a de Liberdade Assistida.

3.2.1. Prestação de Serviços à Comunidade – o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 1998

No ano de 1998 foram inscritos no Serviço 177 adolescentes que receberam a referida medida.

Em relação à idade:

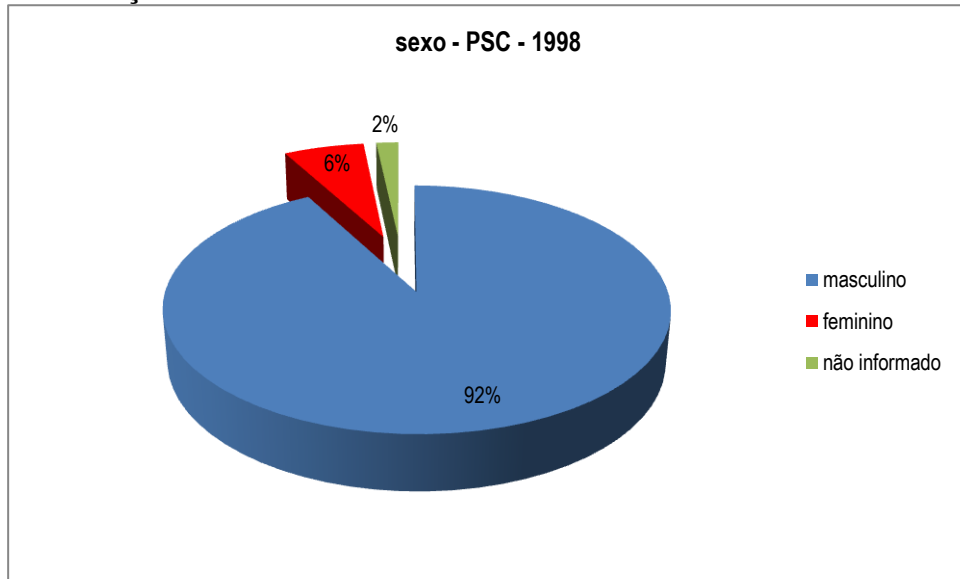


Fonte: livro de entrada dos adolescentes - medida de PSC - ano 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 1 – Idade dos adolescentes

Por este gráfico podemos perceber que dos 177 adolescentes que receberam essa medida, a predominância é de que: 26% tinham 17 anos, 23% tinham 16 anos, 22% tinham 15 anos e 14% tinham 14 anos.

Em relação ao sexo:

Fonte: livro de entrada dos adolescentes - medida de PSC – ano 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 2 – Sexo dos adolescentes

No que se refere ao sexo, 92% são do sexo masculino, revelando a predominância destes no cometimento de atos infracionais.

Os atos infracionais foram agrupados em categorias criados por essa pesquisadora. Portanto optou-se por não classificar os atos infracionais igualmente ao que está no Código Processual Penal, apenas foi usado nomes semelhantes. As categorias nomeadas são as seguintes:

- a) Crimes contra o patrimônio¹²: roubo; furto; tentativa de roubo; tentativa de furto; desordem; contrabando.
- b) Crimes contra a vida¹³: lesão corporal; agressão; homicídio; tentativa de homicídio.
- c) Crime contra a incolumidade pública¹⁴: acidente de trânsito; delitos de trânsito; direção perigosa.
- d) Crimes contra a dignidade sexual¹⁵: estupro; atentado violento ao pudor.

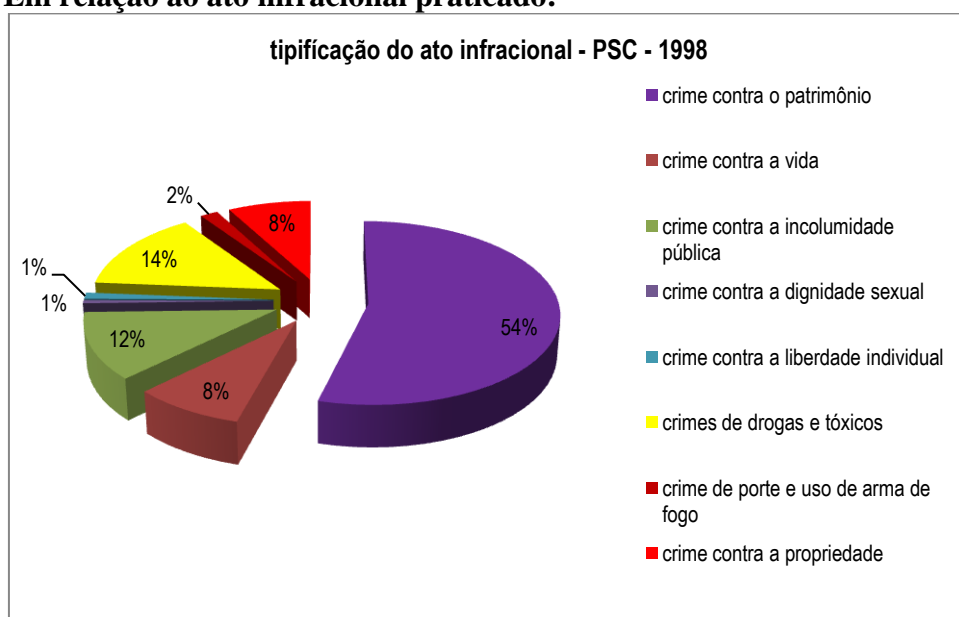
¹² É necessário destacar que o ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal – Art 103 do ECA

¹³ idem ao 12

¹⁴ idem ao 12

- e) Crimes contra a liberdade individual¹⁶: ameaça; assalto.
- f) Crimes de drogas e tóxicos¹⁷: cola de sapateiro; porte de droga; porte de tóxico, tóxico; uso de drogas.
- g) Crime de uso e porte de arma¹⁸: uso de arma; porte de arma.
- h) Crimes contra a propriedade: ¹⁹vandalismo; arrombamento; invasão de domicílio.

Em relação ao ato infracional praticado:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes - medida de PSC – ano 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 3 – tipificação do ato infracional praticado

No que concerne à tipificação dos atos infracionais²⁰ praticados verifica-se a predominância: dos crimes contra o patrimônio (54%), crimes de drogas e tóxicos (14%), crime contra a incolumidade pública (12%), os crimes contra a vida (8%), os crimes contra a propriedade (8%), os crimes contra a dignidade sexual (2%), os crimes de uso e porte de arma (2%) e os crimes contra a liberdade individual (1%). Em relação aos atos infracionais que

¹⁵ idem ao 12

¹⁶ idem ao 12

¹⁷ idem ao 12

¹⁸ idem ao 12

¹⁹ idem ao 12

²⁰ Consultar categorias criadas nas páginas 51 e 52

foram agrupados nas categorias destaca-se que o furto atingiu um índice de 50% do total, a direção perigosa ficou com um percentual de 11%, tóxicos com 6% e drogas 5%. O restante dos atos infracionais não atingiram números significativos.

DIVISÃO POR REGIÕES DE FLORIANÓPOLIS²¹

Região Central: Agronômica, Centro, Monte Serrat, Prainha, Córrego Grande, Itacorubi, Santa Mônica, Pantanal, Serrinha, Morro da Queimada, Morro do Mocotó, Trindade, Jardim Anchieta, Morro da Cruz, Morro da Mariquinha, Morro da Penitenciária, Morro do Horácio, Morro do Quilombo, Morro Nova Trento, Beira-Mar, Carvoeira

Região Continente I: Balneário, Estreito, Monte Cristo, Jardim Atlântico, Coloninha, Sapé, Canto, Bairro de Fátima, Ilha Continente

Região Continente II: Abrão, Capoeiras, Vila Aparecida, Morro da Caixa, Coqueiros, Bom Abrigo, Itaguaçu, Vila São João

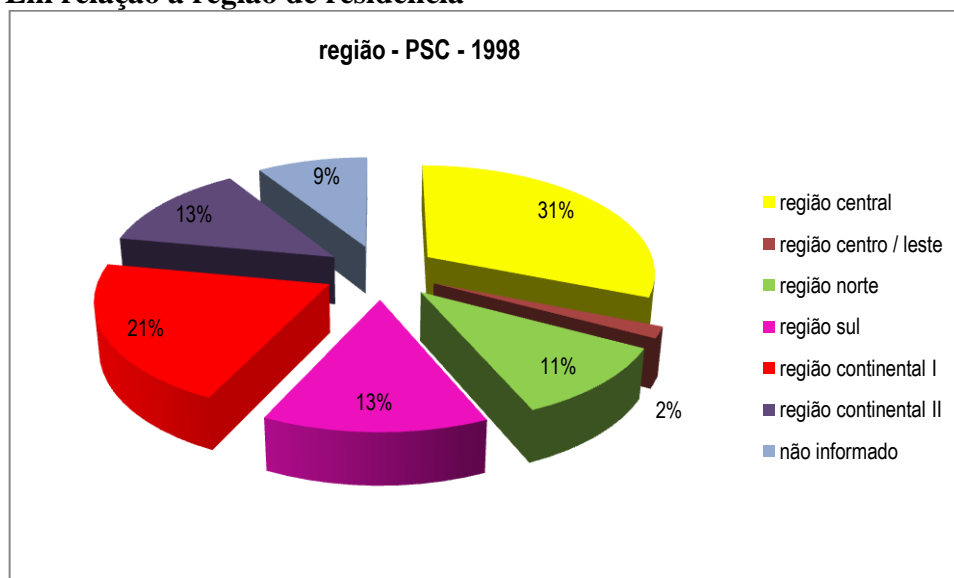
Região Norte: Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses, Jurerê, Ponta das Canas, Ratones, Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa, Vargem Grande, Vargem Pequena, Saco Grande, João Paulo, Monte Verde, Sambaqui, Vargem do Bom Jesus, Santinho

Região Sul: Areias do Campeche, Alto Ribeirão, Armação, Caeira da Barra do Sul, Campeche, Carianos, Costeira do Pirajubaé, Fazenda do Rio Tavares, Morro das Pedras, Pantano do Sul, Ribeirão da Ilha, Rio Tavares, Saco dos Limões, Tapera, Caeira do Saco dos Limões

Região Centro/Leste: Barra da Lagoa, Canto da Lagoa, Costa da Lagoa, Lagoa da Conceição, Lagoa, Joaquina

²¹ Os bairros de residência dos adolescentes autores de ato infracional foram agrupados em regiões, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis no ano de 2010, ao Serviço de LA/PSC

Em relação à região de residência



Fonte: livro de entrada dos adolescentes - medida de PSC – ano 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 4 – região de residência

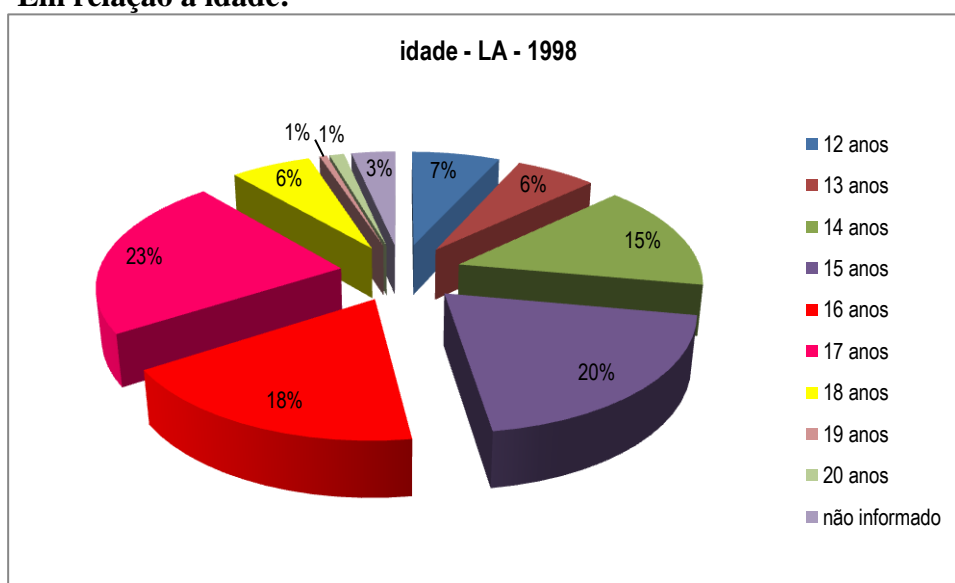
No que se refere à região de residência, averiguou-se que dos 177 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores números são: região central (31%), região continente I (21%), região continental II (13%), região sul (13%), região norte (11%), região centro/leste (2%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Monte Cristo com 11%, Agronômica atingiu um total de 7%, Vila Aparecida num total de 7%, a Trindade com 7% e a Serrinha com 6%. Os demais não atingiram índices acentuados.

De maneira geral, pode-se delinear o perfil do adolescente que recebeu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade no Município de Florianópolis no ano de 1998 como sendo predominantemente do sexo masculino (92 %), na faixa etária entre 14 e 17 anos (90%). Dentre os atos infracionais cometidos, verifica-se a predominância do furto (50%) e direção perigosa (11%). Os bairros de residência que mais se destacam são Monte Cristo (11%), Agronômica (7%), Vila Aparecida (7%), Trindade (7%).

3.2.2. Liberdade Assistida - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 1998

No ano de 1998 foram inscritos no Serviço 176 adolescentes que receberam a referida medida.

Em relação à idade:

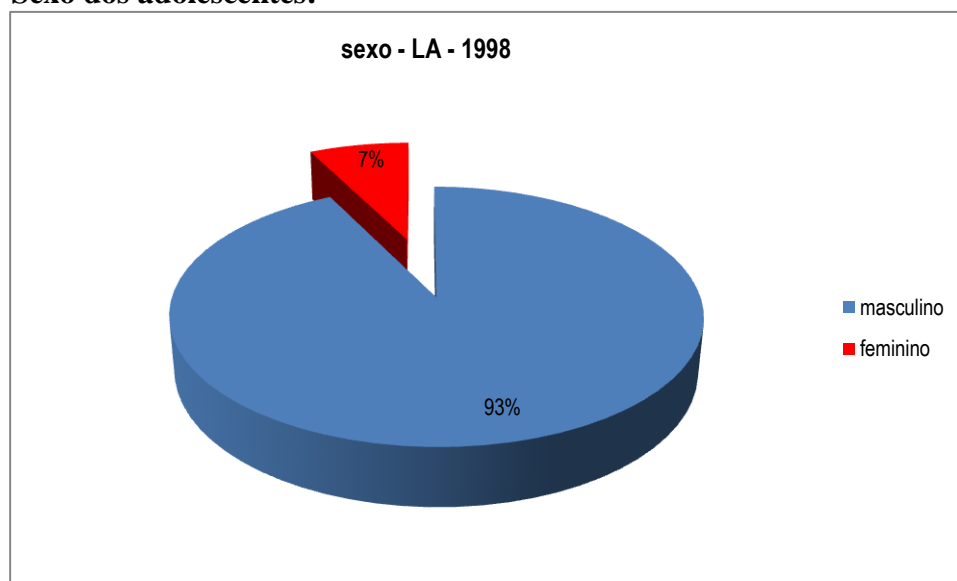


Fonte: livro de entrada dos adolescentes - medida de LA – ano 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 5 – Idade dos adolescentes

No que concerne à classificação por idade, neste gráfico podemos perceber que dos 176 adolescentes que ganharam essa medida a predominância é de que: 23% tinham 17 anos, 20% tinham 15 anos, 18% tinham 16 anos e 15% tinham 14 anos.

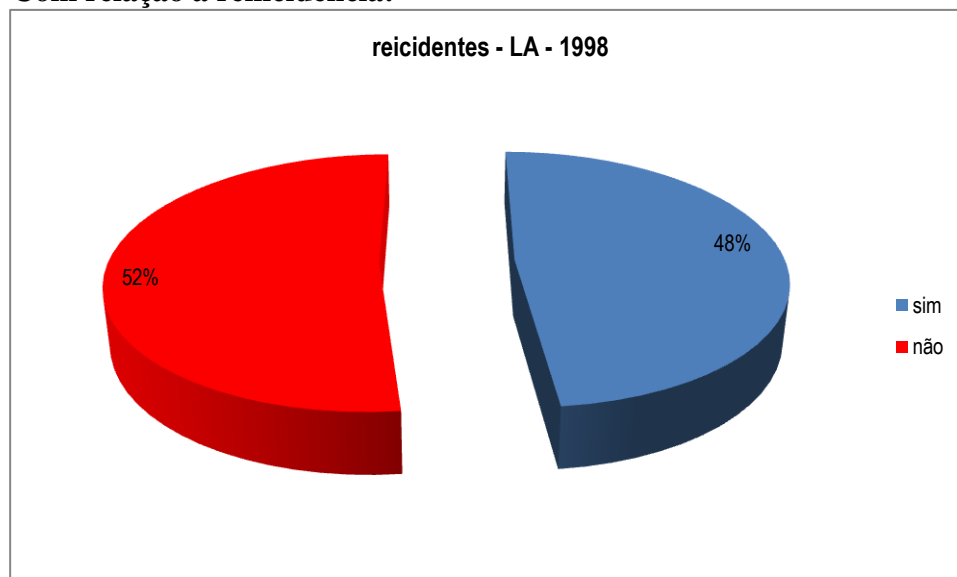
Sexo dos adolescentes:

Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 6: sexo dos adolescentes

Deste número mencionado, 93% dos adolescentes são do sexo masculino.

Com relação à reincidência:

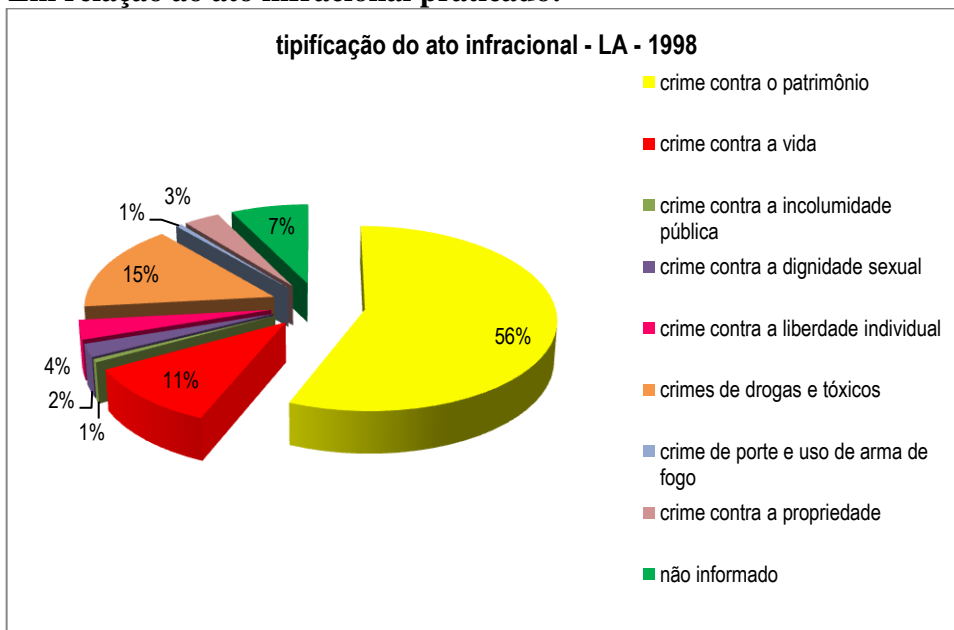
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 7: reincidência dos adolescentes

O índice de reincidência foi de 48%, ou seja, 85 adolescentes que receberam a respectiva medida socioeducativa de Liberdade Assistida reincidiram na prática de ato infracional no ano de 1998.

Em relação ao ato infracional praticado:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 1998

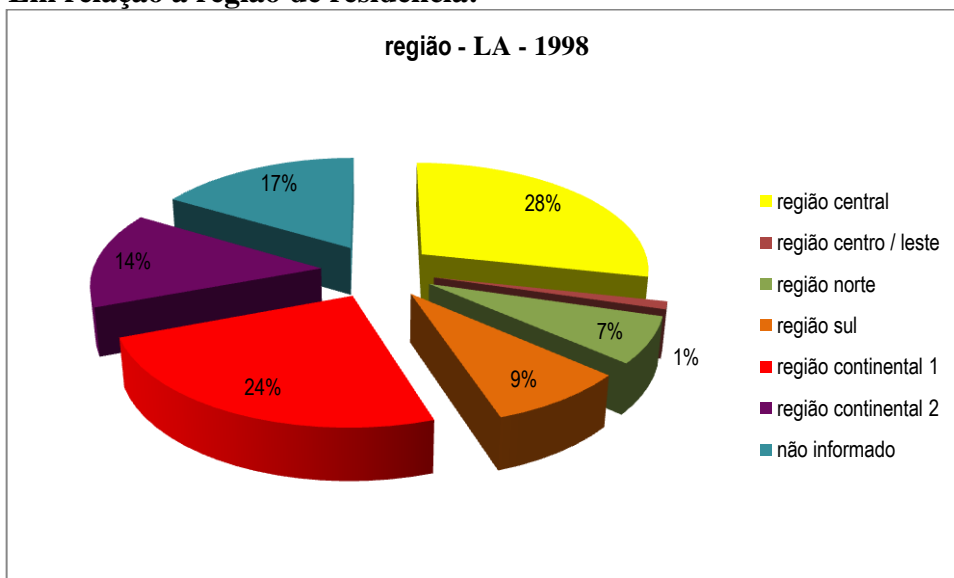
Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 8: tipificação do ato infracional praticado

Com relação à tipificação dos atos infracionais²² praticados verifica-se a predominância: dos crimes contra o patrimônio (56%), crimes de drogas e tóxicos (15%), os crimes contra a vida (11%), crime contra a incolumidade pública (7%), os crimes contra a liberdade individual (1%), os crimes contra a dignidade sexual (2%), e os crimes contra a propriedade (3%) os crimes de uso e porte de arma (1%). Dos atos infracionais que foram agrupados nas categorias destaca-se que o furto atingiu um índice de 48% do total, a droga ficou com um percentual de 14%. O restante dos atos infracionais não atingiram números significativos.

²² Consultar tipificação dos atos infracionais nas páginas 51 e 52

Em relação à região de residência:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 1998

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 9: região de residência

No que se refere à região de residência²³, averiguou-se que dos 176 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores índices são: região central (28%), região continente I (24%), região continental II (14%), região sul (9%), região norte (7%), região centro/leste (1%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Monte Cristo com 16%, a Agrônômica atingiu um total de 11%, Centro 10% e Vila Aparecida num total de 8%. Os demais não atingiram índices relevantes.

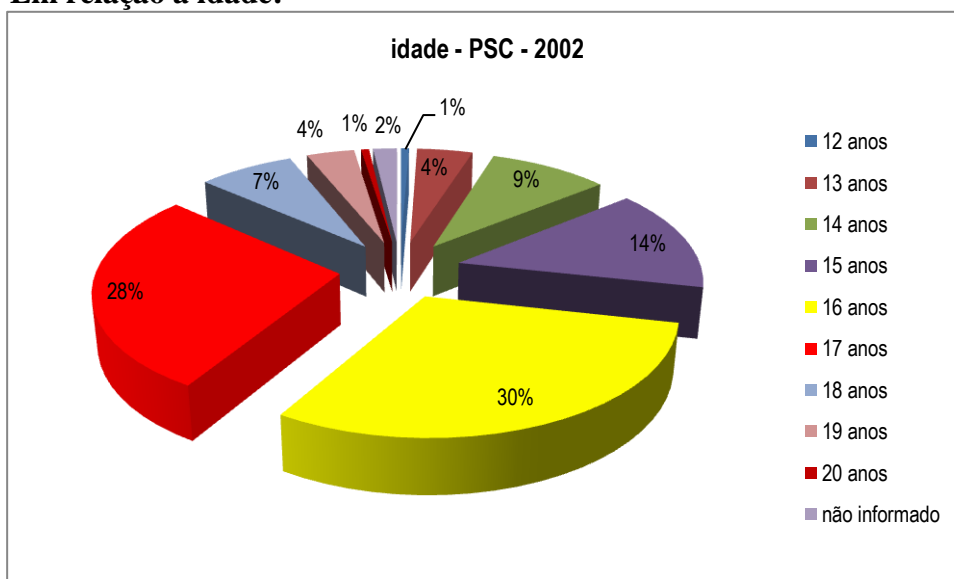
Assim, pode-se traçar o perfil do adolescente que recebeu a Liberdade Assistida no Município de Florianópolis em 1998 como sendo predominantemente do sexo masculino (93 %), na faixa etária entre 14 e 17 anos (76%). Dentre os atos infracionais praticados, verifica-se a predominância do furto (48%) e de drogas (14%). Os bairros onde moram estes adolescentes, que mais se destacam são: Monte Cristo (16%), Agrônômica (11%).

²³ Verificar Divisão por Regiões de Florianópolis na página 53

3.2.3. Prestação de Serviços à Comunidade - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2002

No ano de 2002 foram inscritos no Serviço 162 adolescente que receberam a referida medida.

Em relação à idade:



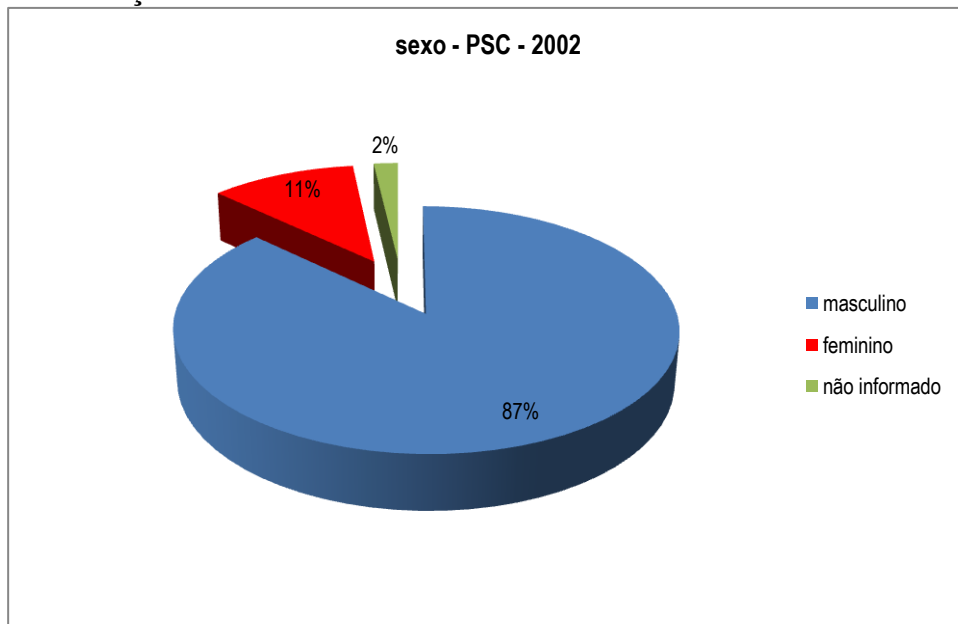
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 10: idade dos adolescentes

Por este gráfico podemos perceber que dos 162 adolescentes que receberam essa medida a predominância é de que: 30% tinham 16 anos, 28% tinham 17 anos, 14% tinham 15 anos, 9% tinham 14 anos e 7% tinham 18 anos.

Com relação ao sexo:



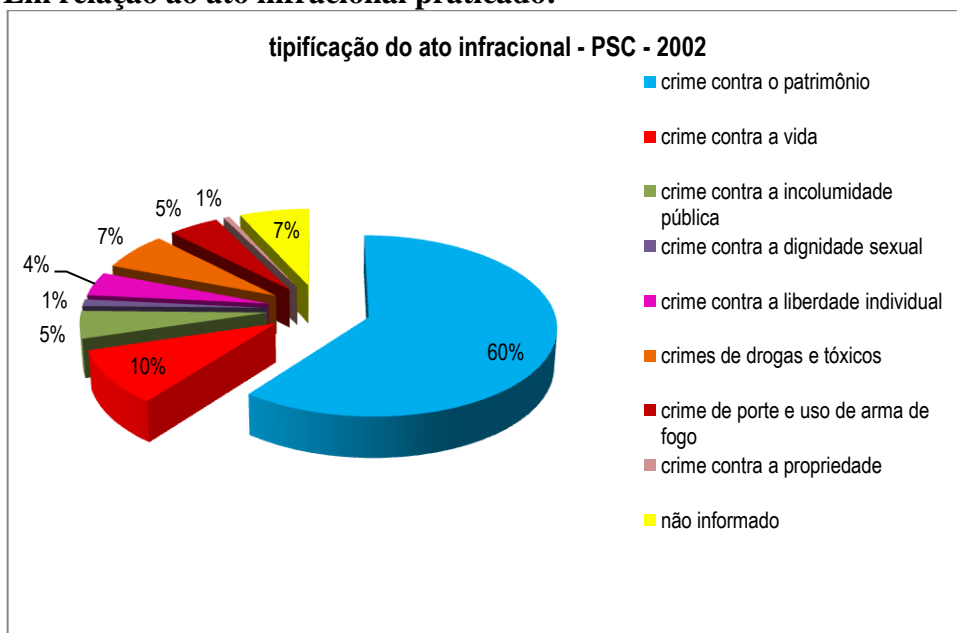
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 11: sexo dos adolescentes

No que se refere ao sexo, 87% são do sexo masculino e 11% do sexo feminino. Revelando a predominância do sexo masculino no cometimento de atos infracionais.

Em relação ao ato infracional praticado:



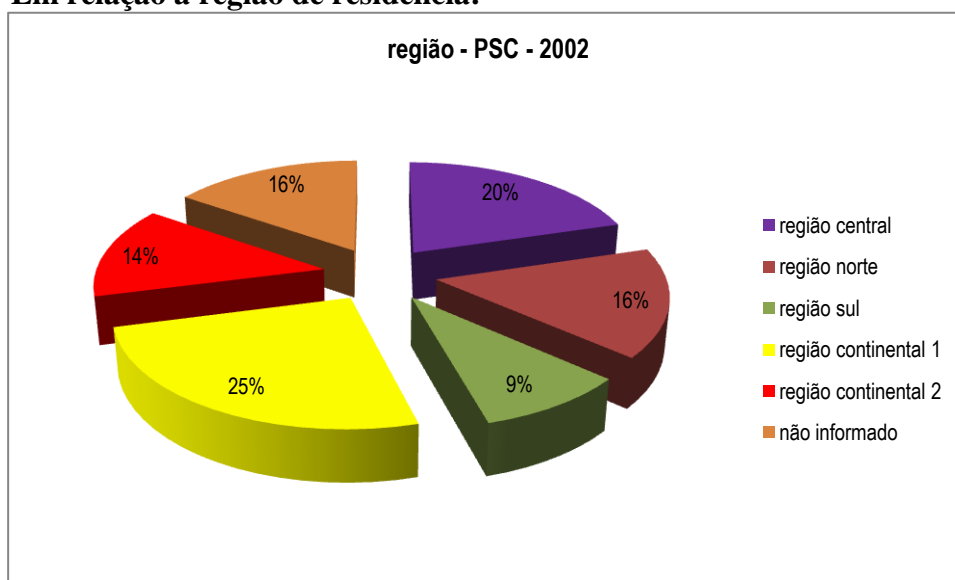
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 12: tipificação do ato infracional praticado

Com relação à tipificação dos atos infracionais²⁴ praticados verifica-se a predominância: dos crimes contra o patrimônio (60%), os crimes contra a vida (10%), crimes de drogas e tóxicos (7%), crime contra a incolumidade pública (5%), os crimes de uso e porte de arma (5%), os crimes contra a liberdade individual (4%), os crimes contra a dignidade sexual (1%), e os crimes contra a propriedade (1%). Dos atos infracionais que foram agrupados nas categorias destaca-se que o furto atingiu um índice de 40% do total, o roubo com 9%, porte de drogas com 6% e lesão corporal com 6%. O restante dos atos infracionais não atingiram parcela significativa.

Em relação a região de residência:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 13: região de residência

No que se refere à região de residência²⁵, averiguou-se que dos 162 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores índices são: região continental I (25%), região central (20%), região norte (16%), região continental II (14%), região sul (9%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Monte Cristo com 20%, o Centro atingiu um total

²⁴ Consultar tipificação dos atos infracionais nas páginas 51 e 52

²⁵ Verificar Divisão por Regiões de Florianópolis na página 53

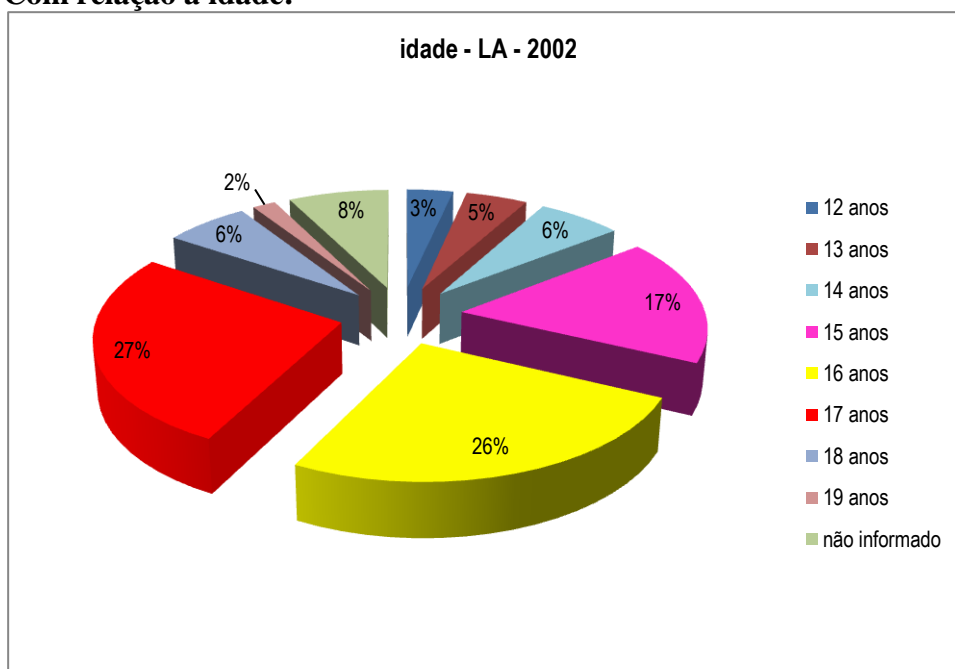
de 9%, Capoeiras 6% e Agrônômica num total de 5%. Os não demais não atingiram números salientes.

Desse modo, podemos delinear o perfil do adolescente que recebeu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade no Município de Florianópolis em 2002 como sendo predominantemente do sexo masculino (87 %), na faixa etária entre 15 e 17 anos (72%). Dentre os atos infracionais cometidos, verifica-se a predominância do furto (40%), roubo (9%). Os bairros de residência que mais se destacam são Monte Cristo (20%), Centro (9%).

3.2.4. Liberdade Assistida -- o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2002

No ano de 2002 foram inscritos no Serviço 162 adolescente que receberam a referida medida.

Com relação à idade:



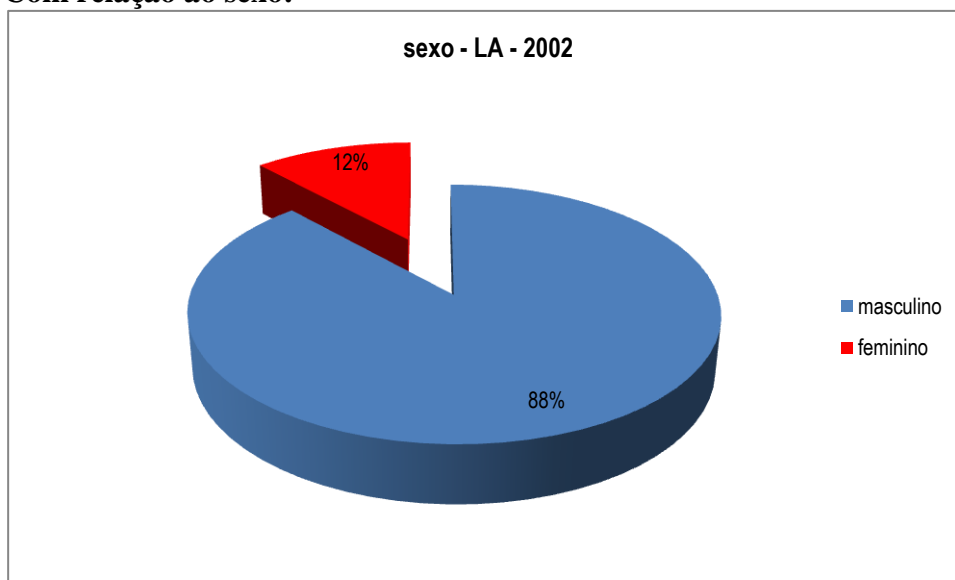
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 14: idade dos adolescentes

No que se refere à classificação por idade, neste gráfico podemos perceber que dos 162 adolescentes que ganharam essa medida a predominância é de que: 27% tinham 17 anos, 26% tinham 16 anos, 17% tinham 15 anos.

Com relação ao sexo:



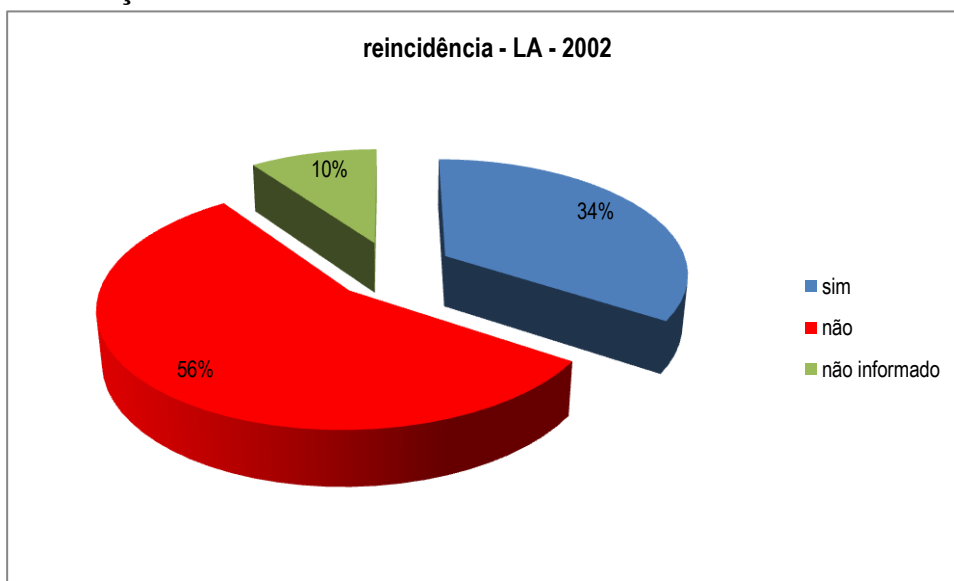
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 15: sexo dos adolescentes

Deste número mencionado, 88% dos adolescentes são do sexo masculino. Esse dado gera grande predominância na prática de atos infracionais por parte desse sexo.

Em relação a reincidência:



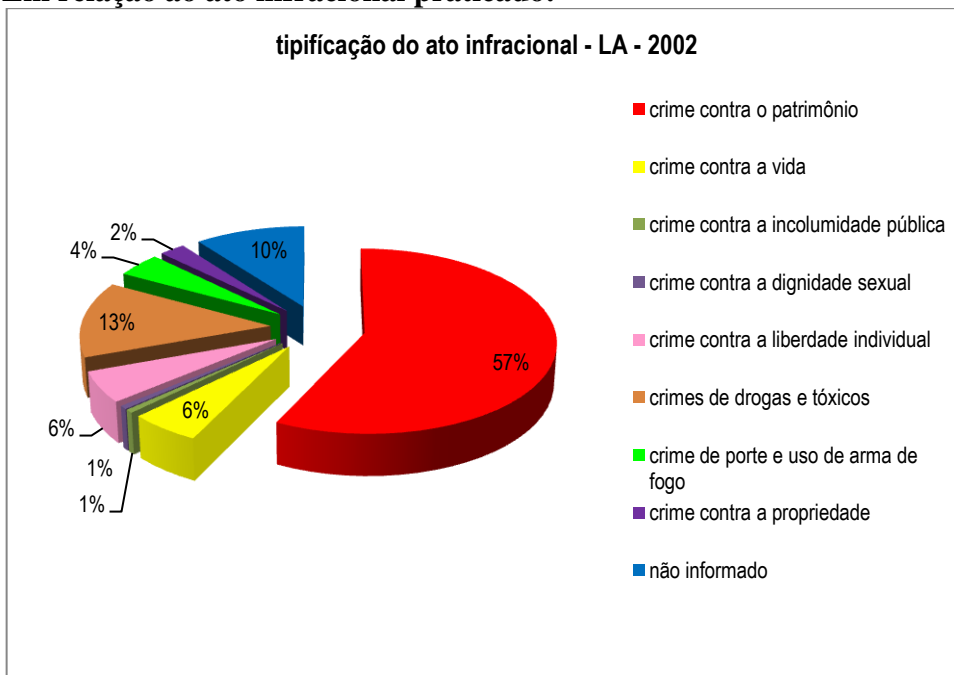
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 16: reincidência dos adolescentes

O índice de reincidência foi de 34%. Portanto dos 162 adolescentes que ingressaram no Serviço neste ano e que receberam essa medida, 52 são reincidentes.

Em relação ao ato infracional praticado:



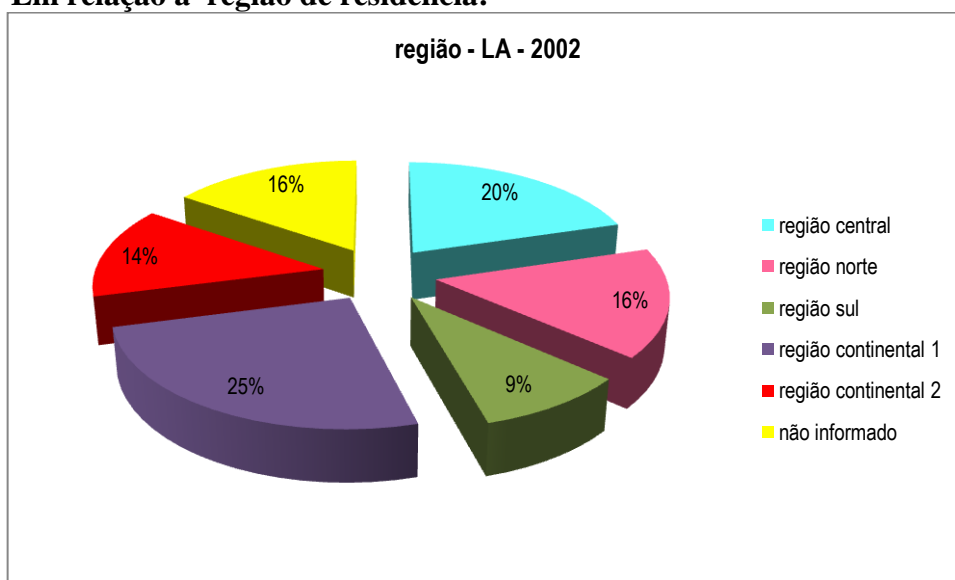
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 17: tipificação do ato infracional cometidos

Com relação à tipificação dos atos infracionais²⁶ praticados verifica-se a predominância: dos crimes contra o patrimônio (57%), crimes de drogas e tóxicos (13%), os crimes contra a vida (6%), os crimes contra a liberdade individual (6%), os crimes de uso e porte de arma (4%), os crimes contra a propriedade (2%), os crime contra a incolumidade pública (1%), os crimes contra a dignidade sexual (1%). Dos atos infracionais que foram agrupados nas categorias destaca-se que o furto atingiu um índice de 37% do total, o roubo com 18%, porte de drogas com 10% e ameaça com 6%. O restante dos atos infracionais não atingiram índices elevados.

Em relação à região de residência:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2002

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 18: região de residência

No que se refere à região de residência²⁷, averiguou-se que dos 162 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores índices são: região continental I (25%), região central (20%), região norte (16%), região continental II (14%), região sul (9%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Monte Cristo com 22%, a Trindade atingiu um total de 5%, Saco Grande 4% e Capoeiras num total de 4%. Os não demais não atingiram números acentuados.

²⁶ Consultar tipificação dos atos infracionais nas páginas 51 e 52

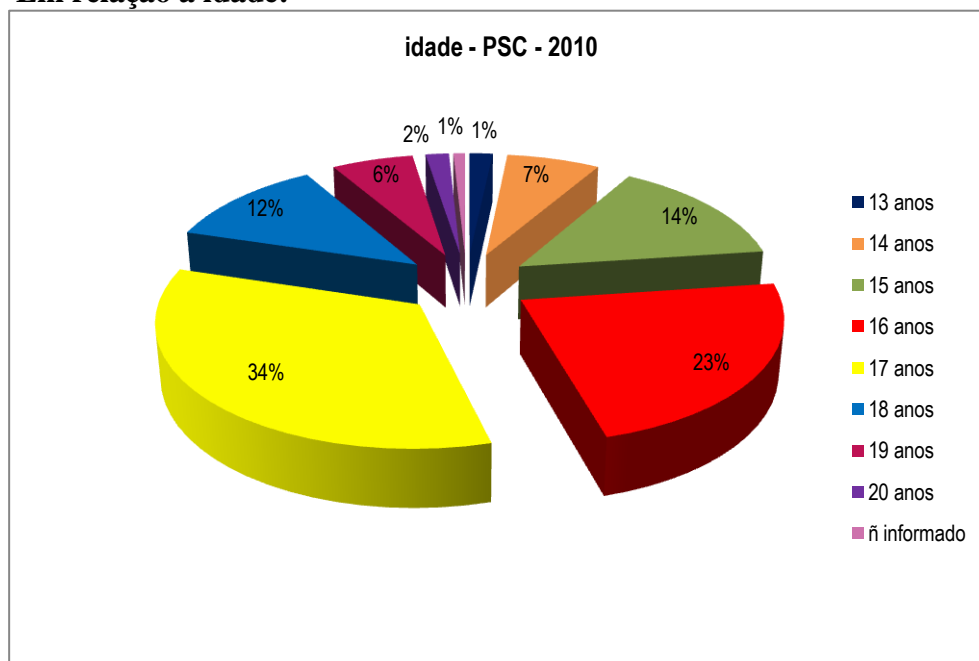
²⁷ Verificar Divisão por Regiões de Florianópolis na página 53

Dessa forma, pode-se traçar o perfil do adolescente que recebeu a Liberdade Assistida no Município de Florianópolis em 2002 como sendo predominantemente do sexo masculino (88%), na faixa etária entre 15 e 17 anos (70%). Dentre os atos infracionais praticados, verifica-se a predominância do furto (37%), roubo (18%) e porte de drogas (10%). O bairro de origem destes adolescentes, que mais se destaca é o Monte Cristo²⁸ (22%).

3.2.5. Prestação de Serviços à Comunidade - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2010

Até o mês de outubro de 2010 foram inscritos no Serviço 118 adolescente que receberam a referida medida.

Em relação à idade:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2010

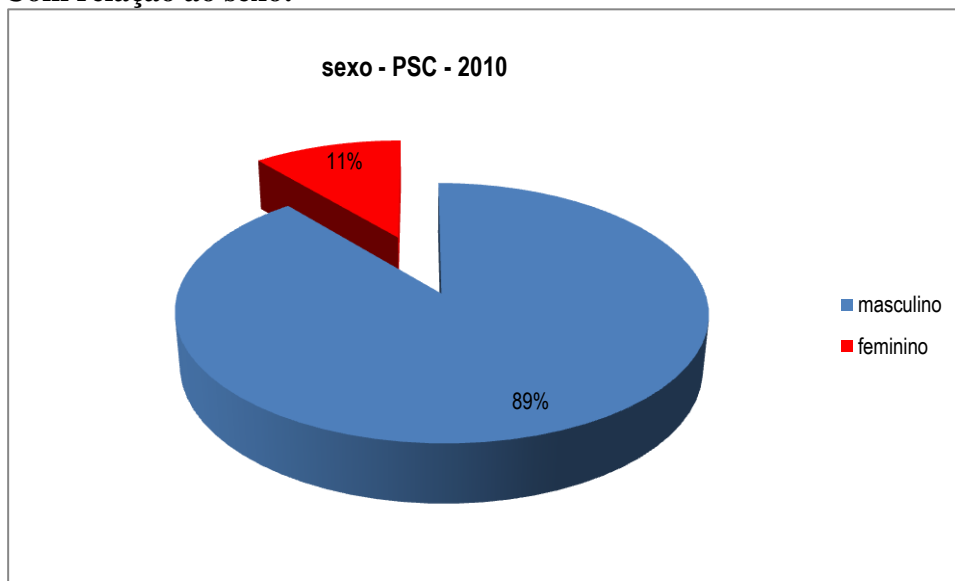
Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 19: idade dos adolescentes

²⁸ Para Lima (2006 p. 79) informa que o conglomerado de comunidades que formam o bairro Monte Cristo não se assemelha apenas pela sua história de luta e resistência, mas também pela condição de exclusão social a que está submetida a sua população de maneira geral. Além da condição de pobreza, problemas como dependência de drogas lícitas ou ilícitas, tanto entre adultos, como em crianças e adolescentes, tráfico de drogas, exploração sexual, violência doméstica, entre outros, constitui o cotidiano da região.

De acordo com o gráfico acima podemos perceber que dos 118 adolescentes que receberam essa medida a predominância é de que: 34% tinham 17 anos, 23% tinham 16 anos, 14% tinham 15 anos e 12% tinham 18 anos. Nos gráficos anteriores os adolescentes que tinham 18 anos de idade não atingiam um percentual superior a 7%.

Com relação ao sexo:



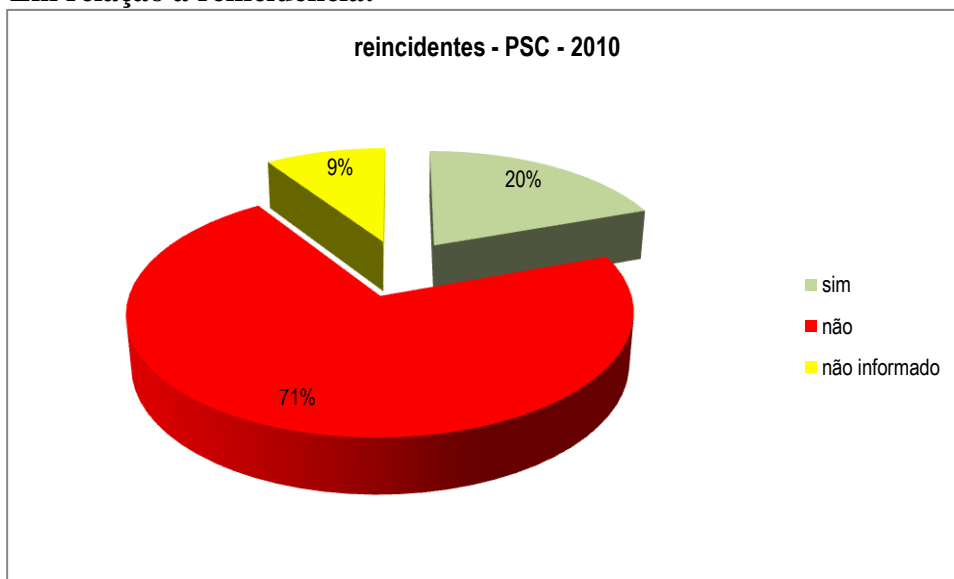
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 201

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 20: sexo dos adolescentes

Segundo consta o levantamento estatístico para este ano, tem-se que até o mês de outubro, 89% dos ingressantes são do sexo masculino, que corresponde a 105 adolescentes. Sendo que 11% correspondem ao sexo feminino.

Em relação a reincidência:



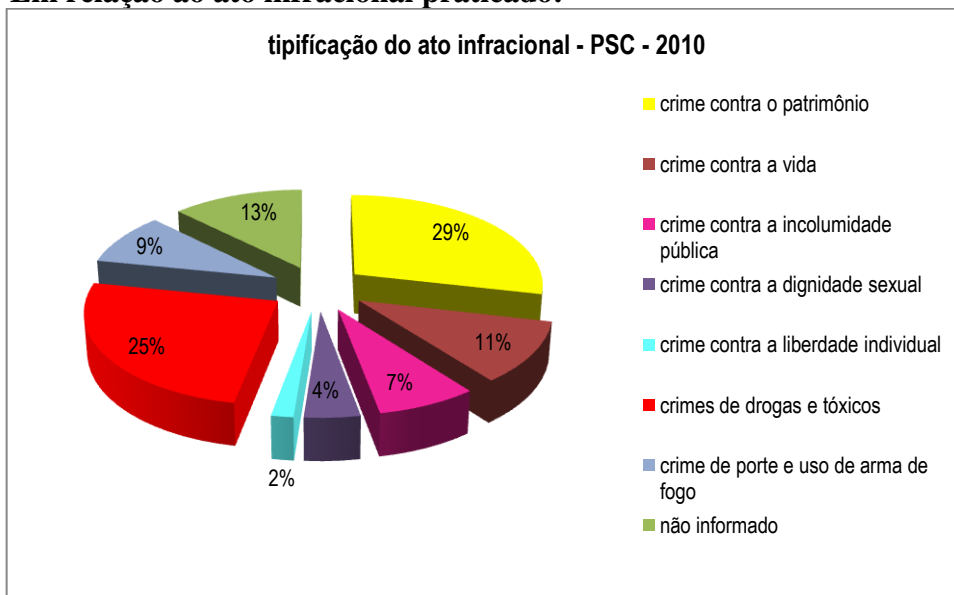
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 21: reincidência dos adolescentes

O índice de reincidência é de 20%, ou seja, 23 adolescentes reincidiram na prática de atos infracionais nesse ano corrente.

Em relação ao ato infracional praticado:



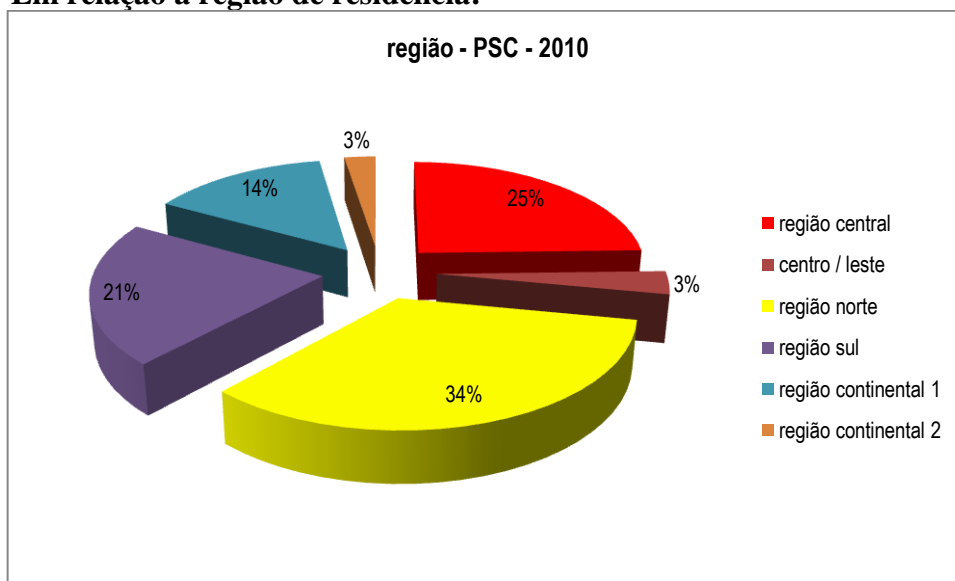
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 22: tipificação do ato infracional praticado

Com relação à tipificação dos atos infracionais²⁹ praticados verifica-se a predominância: dos crimes contra o patrimônio (29%), crimes de drogas e tóxicos (25%), os crimes contra a vida (11%), os crimes de uso e porte de arma (9%), os crimes contra a incolumidade pública (7%), os crimes contra a dignidade sexual (4%), os crimes contra a liberdade individual (2%). Dos atos infracionais que foram agrupados nas categorias ressalta-se a ascendência do tóxico e crime de tóxicos com 19%. O furto atingiu um índice de 14% do total, a lesão corporal com 10%, porte de arma com 8% e delitos de trânsito com 7%. O restante dos atos infracionais não atingiram parcela significativa. Compreende-se que os crimes relacionados a tóxicos e crime de tóxicos cresceram bastante, se comparados as informações coletadas nos outros anos estudados.

Em relação à região de residência:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 23: região de residência

No que se refere à região de residência³⁰, averiguou-se que dos 118 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores índices são: região norte (34%), região central (25%), região sul (21%), região continental I (14%), região continental II (3%), região

²⁹ Consultar tipificação dos atos infracionais nas páginas 51 e 52

³⁰ Verificar Divisão por Regiões de Florianópolis na página 53

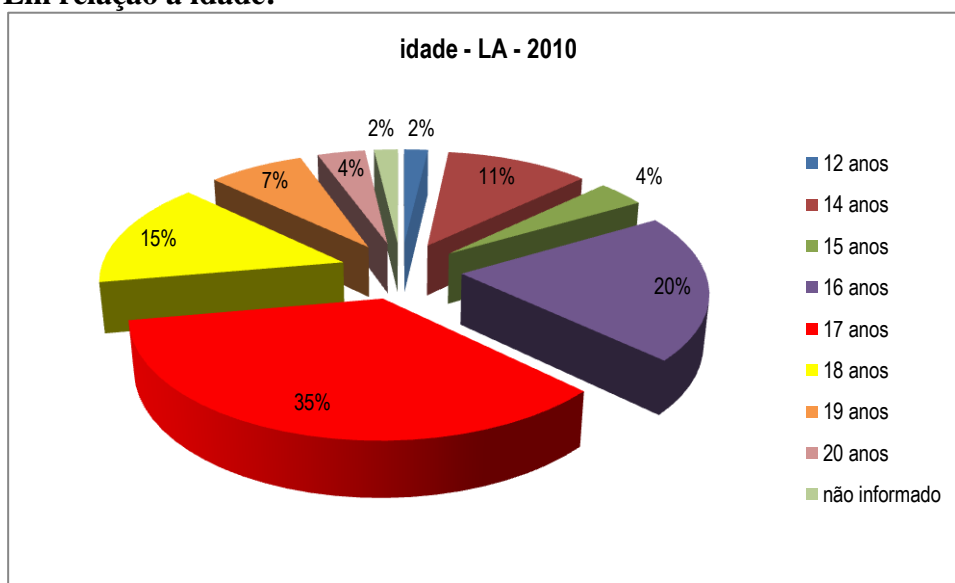
centro / leste (3%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Ingleses com 8%, Monte Cristo atingiu um total de 6%, Rio Vermelho com 6%, Costeira num total de 6%. Os demais não atingiram números acentuados.

Assim, pode-se delinear o perfil do adolescente que recebeu a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade em 2010 no Município de Florianópolis, como sendo predominantemente do sexo masculino (89%), na faixa etária entre 15 e 18 anos (63%). Os atos infracionais mais cometidos são tóxicos e crime de tóxicos (19%), furto qualificado e furto (14%). Os bairros onde mais se originou adolescentes que praticaram ato infracional são Ingleses (8%). Sendo que os bairros Monte Cristo, Rio Vermelho, Costeira estão empatados, cada um ficou com um índice de 6% cada.

3.2.6. Liberdade Assistida - o perfil do adolescente autor de ato infracional no ano de 2010

Até o mês de outubro de 2010 foram inscritos no Serviço 54 adolescente que receberam a referida medida.

Em relação à idade:



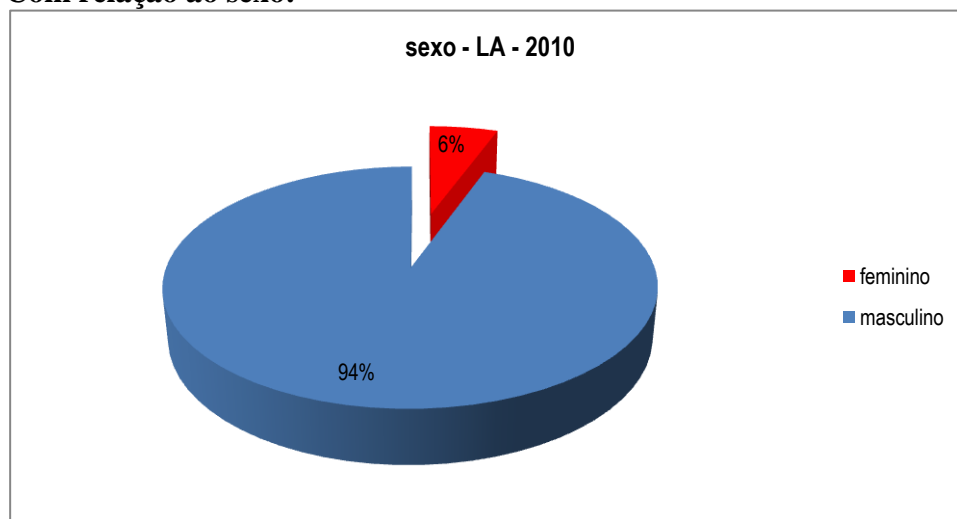
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 24: idade dos adolescentes

No que diz respeito à classificação por idade, neste gráfico podemos perceber que dos 54 adolescentes que receberam essa medida até o mês de outubro, a predominância é de que: 35% tinham 17 anos, 20% tinham 16 anos, 15% tinham 18 anos e 11% tinham 14 anos.

Com relação ao sexo:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2010

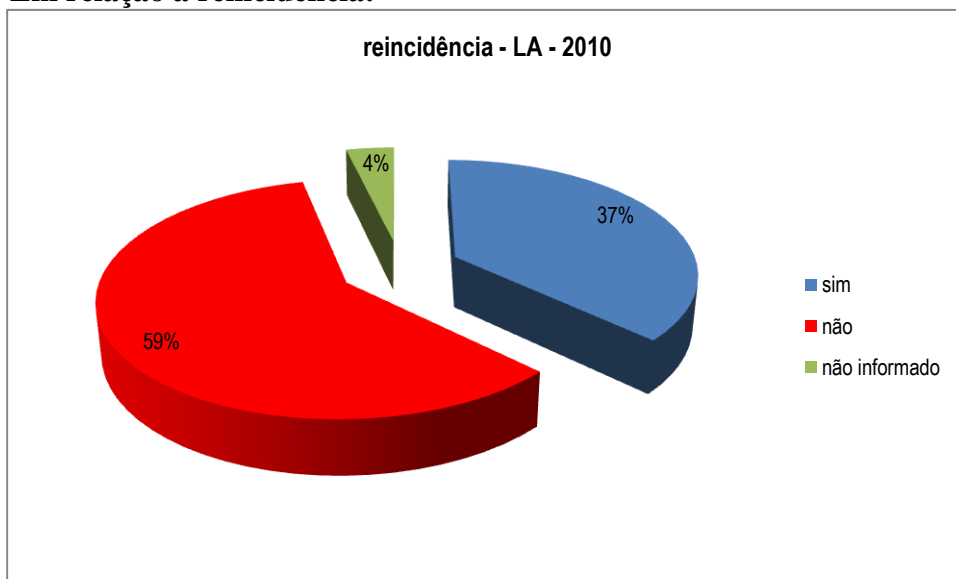
Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 25: sexo dos adolescentes

Deste número mencionado, 94% dos adolescentes são do sexo masculino. Verificando a predominância de 51 adolescentes desse sexo.

Do total de 54 adolescentes que receberam a medida de Liberdade Assistida, 37% reincidiram na prática de atos infracionais. Representando o número de 20 adolescentes pesquisados. Conforme demonstra o gráfico abaixo.

Em relação a reincidência:

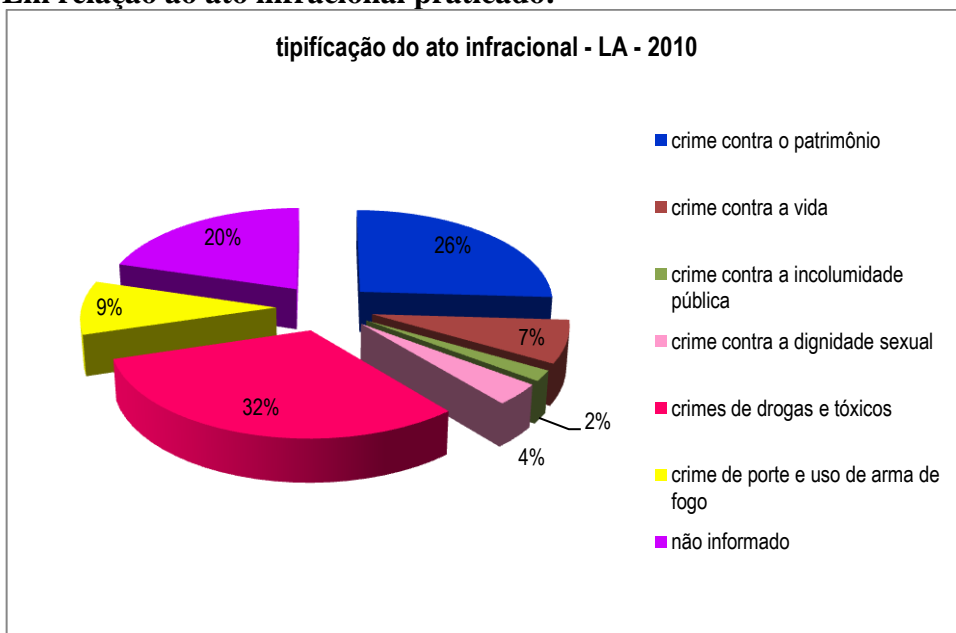


Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 26: reincidência dos adolescentes

Em relação ao ato infracional praticado:



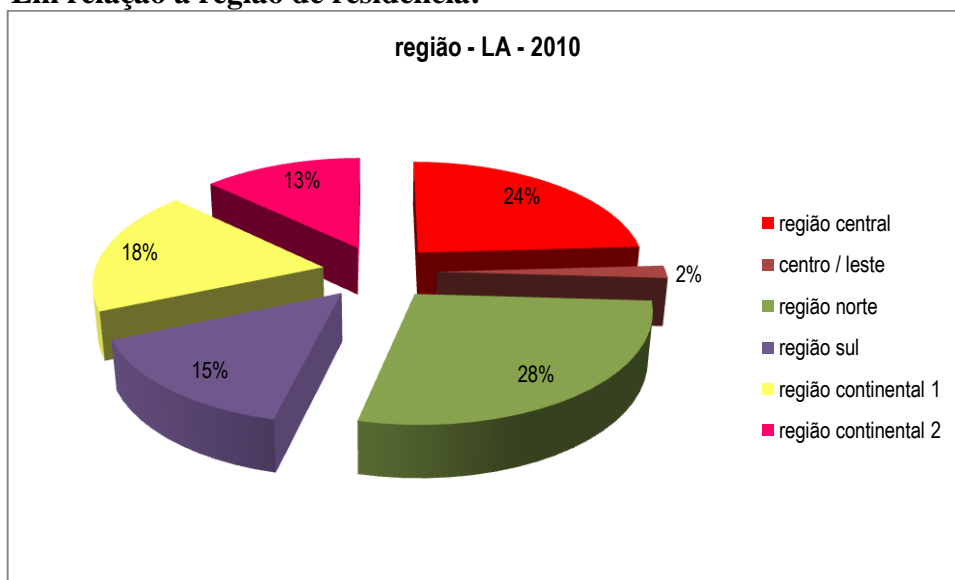
Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 27: tipificação do ato infracional praticado

Com relação à tipificação dos atos infracionais³¹ praticados verifica-se a predominância: crimes de drogas e tóxicos (32%), dos crimes contra o patrimônio (26%), os crimes de uso e porte de arma (9%), crimes contra a vida (11%), os crimes contra a dignidade sexual (4%), os crime contra a incolumidade pública (2%). Dos atos infracionais que foram agrupados nas categorias ressalta-se a predominância dos crimes de tóxicos com 7%, tráfico de entorpecente 7%, tráfico de drogas com 6%. É apavorante como o número de atos infracionais que tem relação aos crimes envolvendo drogas aumentou nesse presente ano.

Em relação a região de residência:



Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de LA – 2010

Elaboração: Karina Olindina da Silva

Gráfico 28: região de residência

No que se refere à região de residência³², averiguou-se que dos 54 adolescentes pesquisados, as regiões que apresentam os maiores índices são: região norte (28%), região central (24%), região continental I (18%), região sul (15%), região continental I (13%), região centro / leste (2%). Com relação aos bairros de residência agrupados nesta divisão de regiões ressalta-se que os bairros que apresentam os maiores índices foram: Centro com 15%, Monte Cristo atingiu um total de 11%, Estreito com 6%, Agrônômica num total de 6%. Os demais não atingiram índices marcantes.

³¹ Consultar tipificação dos atos infracionais nas páginas 51 e 52

³² Verificar Divisão por Regiões de Florianópolis na página 53

De maneira geral, pode-se delinear o perfil do adolescente que recebeu a medida de Liberdade Assistida como sendo predominantemente do sexo masculino (94 %), na faixa etária entre 16 e 18 anos (70%). Dentre os atos infracionais cometidos, verifica-se a predominância do crime de tóxicos (7%), tráfico de entorpecente (7%). Os bairros de residência que mais se destacam são: Centro (15%), Monte Cristo (11%).

Apresentamos a seguir uma tabela em que constam informações relevantes do estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade nos anos 1998, 2002 e 2010, considerando os dados que atingiram maiores índices:

Estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional

	1998 (total em %)		2002 (total em %)		2010 (total em %)	
	PSC (177)	LA (176)	PSC (162)	LA (162)	PSC (118)	LA (54)
Idade	14 a 17 anos 85%	14 a 17 anos 76%	14 a 18 anos 88 %	15 a 17 anos 70%	15 a 18 anos 83%	14 a 18 anos 81%
Sexo	Masculino 92%	Masculino 93%	Masculino 87%	Masculino 88%	Masculino 89%	Masculino 94%
Reincidentes	-----	48% (sim)	----	34% (sim)	20% (sim)	37% (sim)
Ato infracional	Furto 46% Tóxicos 6% Drogas 5%	Furto 47% Drogas 14% Arrombamento 3% Assalto 3%	Furto 38% Roubo 9% Porte de drogas 6% Lesão corporal 6%	Furto 35% Roubo 18% Porte de drogas 10%	Tóxicos e crime de tóxico 19% Furto qualificado e furto 14% Lesão corporal 10%	Crime de tóxico 7% Tráfico de entorpecente 7% Tráfico de drogas 6%
Bairro	Monte Cristo 11% Agronômica 7% Vila Aparecida 7% Trindade 7%	Monte Cristo 16% Agronômica 11% Centro 10% Vila aparecida 8%	Monte Cristo 20% Centro 9% Capoeiras 6% Agronômica 5%	Monte Cristo 22% Trindade 5% Saco Grande 4% Capoeiras 4%	Inglese 8% Monte Cristo 6% Rio Vermelho 6% Costeira 6%	Centro 15% Monte Cristo 11% Estreito 6% Agronômica 6%

Fonte: livro de entrada dos adolescentes – medida de PSC e de LA – 1998, 2002 e 2010

Tabela elaborada pela pesquisadora: Karina Olindina da Silva

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste Trabalho de Conclusão de Curso tentar traçar através de um estudo o perfil do adolescente autor de ato infracional do município de Florianópolis, que recebeu a medida de Prestação de Serviços à Comunidade ou de Liberdade Assistida nos anos de 1998, 2002 e 2010.

De acordo com o estudo realizado, compreendemos que a Doutrina da Proteção Integral pode contemplar a criança e o adolescente como sujeitos de direito e de prioridade absoluta, assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas em muitos casos os objetivos esperados estão longe de ser efetivados.

No referido Estatuto os adolescentes autores de ato infracional que se encontram em conflito com a lei, podem cumprir algumas atividades, chamadas de medidas socioeducativas. Essas medidas são expressas conforme o Art. 112 do ECA, que também podem ser encontradas no capítulo 2 deste trabalho.

É necessário destacar que a concretização das medidas socioeducativas se fará presente quando proporcionar aos adolescentes oportunidades de deixarem de ser meras vítimas da sociedade injusta que vivemos para se constituírem em agentes transformadores desta mesma realidade.

No entanto essas medidas não deveriam ter um caráter retributivo e nem punitivo e sim pedagógico e socioeducativo.

Os profissionais que executam essas medidas em Florianópolis apresentam limites na sua prática profissional. Sendo que o Serviço de LA/PSC conta com um número reduzido de profissionais, que acabam ocasionando várias implicações. Destacamos aqui a sobrecarga de funções e a demanda reprimida dos adolescentes que aguardam em lista de espera para iniciar o cumprimento de sua medida.

Uma possibilidade a ser apresentada para evitar tais implicações mencionadas acima, é consolidar estratégias de planejamento, avaliação e ação para que os recursos financeiros destinados ao Serviço de LA/PSC possam propiciar a contratação de novos profissionais, capacitá-los e assegurar boas condições de trabalho, com o intuito de priorizar o atendimento.

É preciso considerar que a pesquisa vem ao encontro de uma reorganização da função social, já não mais assistencialista dos profissionais de serviço social que tem buscado efetivamente lutar por direitos, respeito pela cidadania e justiça social.

O processo investigativo documental permitiu constatar que em relação ao ano de 1998 foram aplicadas um grande número de medidas socioeducativas, tanto de Liberdade

Assistida quanto de Prestação de Serviços à Comunidade e considerando que anteriormente as medidas socioeducativas era algo novo e em aprimoramento, acreditamos que eram aplicadas medidas socioeducativas para todos os atos infracionais cometidos. O que não deveria ocorrer, pois depende da capacidade do adolescente em cumpri-las, as circunstâncias e da gravidade do ato infracional. Em muitos casos poderia somente ter aplicado a remissão pura e simples, que é uma espécie de perdão judicial, sem aplicação de qualquer medida socioeducativa.

Outra questão que merece destaque é para a aplicação de medidas socioeducativas, deveriam levar em conta a gravidade, a capacidade e o contexto em que ocorreu o ato infracional.

Diante disso a reflexão que se tem é que no ano de 2010 a quantidade de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em Florianópolis aplicadas está com o dobro do que a de Liberdade Assistida (LA).

Outra constatação que se faz é que no ano de 1998 e de 2002 os atos infracionais mais praticados eram o furto, com um baixo percentual de adolescentes envolvidos com drogas ou tráfico de drogas. De acordo com tal informação fica visivelmente perceptível a expansão dos atos infracionais em que o adolescente estava envolvido com drogas ou com o tráfico no ano de 2010, sendo que na medida socioeducativa de PSC, 5% dos adolescentes pesquisados cometeram o ato infracional porte de droga para consumo e 19% dos atos infracionais praticados eram relacionados a tóxicos e crime de tóxicos. Já em relação a medida socioeducativa de LA os atos infracionais cometidos são crime de tóxicos com 7%, porte de entorpecente com 2%, tóxicos com 4%, tráfico de drogas com 6%, tráfico de entorpecente com 7% e tráfico de substância entorpecente e associação 2%.

Cabe ressaltar que a questão do avanço dos atos infracionais relacionados a drogas devem ser mais bem debatidos em nossa sociedade e não apenas que esses debates fiquem em torno da redução da inimputabilidade penal. É preciso que o Estado e a sociedade assumam uma real responsabilidade que possa garantir a inserção social desses sujeitos.

Finalmente cabe destacar com base neste, o bairro Monte Cristo. Esse bairro de todos os que foram analisados foi o que mais apresentou adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais, nos três períodos abordados para a construção desse trabalho. Salientamos que o contínuo envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais, esta associado a uma falta de investimentos por parte do Estado perante a efetivação de Políticas Públicas no processo educacional dos adolescentes que lá residem.

Para tanto conclui-se que a prevenção da criminalidade e a recuperação dos adolescentes em conflito com a lei se darão, como quer o Estatuto, com a efetivação das políticas sociais básicas, das policias sociais assistenciais (em caráter supletivo) e dos programas de proteção especial (destinados às crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal, vale dizer, com o Estado vindo a cumprir seu papel institucional e indelegável de atuar concretamente na área da promoção social. Para o adolescente autor de ato infracional a proposta é que, no contexto da proteção integral, receba ele medidas socioeducativas (portanto não punitivas), tendentes a interferir no seu processo de desenvolvimento objetivando melhor compreensão da realidade e efetiva integração social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERETTA, R. C. S.; MARTINS, L. C. O. Estado, municipalização e gestão municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, ano XXIV, p. 63-77, abr. 2004.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto nº 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União, publicado em 16 de julho de 1990.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

CARDOSO, G.; MACIEL, M. **Mobilização social e práticas educativas**. In: Cadernos capacitação em Serviço Social e política social: modulo 04. Brasília: CEAD, 2000. p. 139-149.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema nacional de atendimento sócio-educativo. Brasília: CONANDA, 2006

Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988 obra coletiva da autoria da Editora Saraiva.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

D'AGOSTINI, Sandra M.C. **Adolescente em Conflito com a Lei... & a Realidade!** 1ª ed. (2003), 2ª tir. Curitiba: Juruá, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e Processo Político no Brasil**. IN A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil / Organizadores Francisco Pilotti, Irene Rizzini. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula Livraria e Editora, 1995. p. 59 – 76.

FALEIROS, V. de P. **Imputabilidade e inimputabilidade**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 77, ano XXIV, p. 78-95, abr. 2004.

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORGES, Ana Paula Wanderlind. **Adolescente autor de ato infracional: representações sociais na mídia escrita**. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

ILNANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. **Ato Infracional Atribuído ao Adolescente - 2000 a 2001- O adolescente e o principal agente da violência no País?** 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 1991.

LEVINSKY, D. L. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. 1726-1950. In De FREITAS, Marcos César. *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, Fabíula Gonçalves. **Adolescente autor de ato infracional x mercado de trabalho: expectativas e entraves à sua inclusão**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARTINS, 2007. **Adolescência, identidade e crise de valores**. Disponível em: <http://www.redem.org/boletin/boletin150208b.html>. Acessado 10/10/2010

MÈNDEZ, Emilio García. **Infância e Cidadania na América Latina**. Tradução de Ângela Maria Tijiwa. São Paulo: Hucitee / Instituto Ayrton Senna, 1998 p. 85 - 91.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. ed.5. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1998

MINAYO, C.S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 18ª edição, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Perícia social: proposta de um percurso operativo**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n.º 67. 2001

PEREIRA, L. e MESTRINER, M.L. **Liberdade Assistida e prestação de serviço a comunidade: Medidas de inclusão social voltadas a adolescente autores de ato infracional**. São Paulo: IEE/PUC, FEBEM-SP, 1999

PILOTTI, Francisco J; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universitária Santa Úrsula, 384p. 1995.

PORTAL SOCIAL: Disponível <http://www.doacoes.portalsocial.org.br/PaginaInicial/>. Acessado em 30/10/2010.

RIZZINI, Irene. **“Crianças Abandonadas” e “Crianças Criminosas” Passagem para a República.** In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 110 – 134.

RIZZINI, Irene. **O “Novo Código de Menores” de 1979 – Do “Menor em Situação Irregular”.** In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 157 -159.

RIZZINI, Irma. **A criança e o Menor na Era Vargas.** In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1995, p. 276 -287.

SCHENA, Giseli Mara. **Limites e perspectivas do assistente social executor da medida sócio-educativa de liberdade assistida no município de Florianópolis. 2005.** Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - 2005.

SOUZA, M. P. **Proteção integral e ato infracional:** um estudo em Santa Catarina. Revista Katalysis, Florianópolis, v.7, n. 2, jul. 2004.

VERONESE, Josiani Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr, 1999

VERONESE, Josiani Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamásio. **Infância e adolescência, o conflito com a lei:** algumas discussões. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VOGEL, Arno. **Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM).** In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1995, p. 303 -315.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

VOLPI, Mário (org.). **Sem direitos, sem liberdade:** a privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo, Cortez, 2001.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre: http://wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal